



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – DLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANTÔNIA DUTRA DE ARAÚJO

**ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO
SOBRE AS AÇÕES DE MELHORIA COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE
VARJADA/PE.**

**RECIFE
2011**

ANTÔNIA DUTRA DE ARAÚJO

**ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO
SOBRE AS AÇÕES DE MELHORIA COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE
VARJADA/PE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito complementar para obtenção do título de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Gestão, Mercados e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho.

RECIFE
2011

Ficha catalográfica

A663a Araújo, Antônia Dutra de
Análise sobre desenvolvimento local sustentável: um estudo sobre as ações de melhoria comunitária na comunidade de Varjada / PE / Antônia Dutra de Araújo. – 2011.
97 f. : il.

Orientador: Rodolfo de Araújo Moraes Filho.
Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2011.
Inclui referências e apêndice.

1. Desenvolvimento local 2. Sustentabilidade
3. Comunidade rural de Varjada I. Moraes Filho, Rodolfo de Araújo, orientador II. Título

CDD 303.44

ANTÔNIA DUTRA DE ARAÚJO

**ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO
SOBRE AS AÇÕES DE MELHORIA COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE
VARJADA/PE.**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

APROVADO POR:

ORIENTADOR

Nome: Prof. Dr. Rodolfo de Araújo Moraes Filho
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Assinatura: _____

EXAMINADORES

Nome: Prof. Dra. Maria Gilca Pinto Xavier
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Assinatura: _____

Nome: Prof. Dr. Romilson Marques Cabral
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Assinatura: _____

Nome: Prof. Dr. Emanuel Ferreira Leite.
Instituição: Universidade de Pernambuco – UPE
Assinatura: _____

Recife, fevereiro de 2011

DEDICATÓRIA

*Especialmente ao Eduardo, por me acompanhar
nessa fase da minha vida, e a minha mãe, pelas
sábias palavras de apoio.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Rural de Pernambuco.

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rodolfo de Araújo Moraes Filho, pelo acompanhamento pontual e competente.

Aos professores do curso de pós-graduação.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Muito Obrigada.

“É a teoria que decide aquilo
que podemos observar”.

Albert Einstein

RESUMO

ARAÚJO, Antônia Dutra de. Análise sobre desenvolvimento local sustentável: uma estudo sobre as ações de melhoria comunitária na comunidade de Varjada/PE. 2011. 97 f. Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

O estudo teve como objetivo investigar se a intervenção realizada pela ONG Habitat para Humanidade Brasil, na comunidade de Varjada, contribuiu para o processo de desenvolvimento local sustentável da comunidade. Apresentou-se como método de análise a verificação de prováveis semelhanças existentes entre o modelo teórico de Pecqueur (1997) para a implantação de projetos de desenvolvimento territorial, e as etapas executadas na comunidade pela ONG Habitat. Buscou-se analisar, especificamente, a repercussão das ações de melhoria estudada no âmbito da qualidade de vida, igualdade de direitos, integração e inclusão social dos membros da comunidade após a chegada da ONG Habitat. Para isso, foi utilizado o modelo proposto por Gallicchio (2004) que analisa eventuais melhorias verificáveis nas dimensões econômica, política, sociocultural e ambiental da comunidade. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, tendo como instrumento de análise um roteiro previamente elaborado e seguido nas entrevistas, cuja população compreendeu o universo de cinquenta famílias beneficiadas pelo projeto. O método utilizado para análise dos dados coletados foi o de “análise de conteúdo” que busca interpretar os dados em seu significado mais profundo, interpretando as mensagens faladas, escritas e até gestuais. Este método permitiu que o pesquisador decodificasse mensagens não reveladas de imediato através da observação mais apurada das diferentes formas de expressões utilizadas pelos entrevistados. Chegou-se a conclusão de que é indiscutível que o projeto instaurou um movimento, mesmo que discreto e inicial, de desenvolvimento local na comunidade. Comprova-se claramente a existência do desenvolvimento comunitário através do aparecimento de um movimento em fase inicial alicerçado fortemente na elevação da autoestima coletiva, processo de liberação de iniciativas empreendedoras por parte de alguns. Fica claro que um real desenvolvimento local sustentável, na acepção da palavra, ainda se encontra distante da realidade da comunidade.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Local, Sustentabilidade, Comunidade Rural de Varjada.

ABSTRACT

ARAÚJO, Antônia Dutra de. Análise sobre desenvolvimento local sustentável: um estudo sobre as ações de melhoria comunitária na comunidade de Varjada/PE. 2011. 97 f. Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

The study had as an objective investigate if the intervention done by the NGO Habitat para Humanidade Brasil, in the community of Varjada, contributed to the local sustainable development process of the community. It was presented as an analysis method the verification of probable existing resemblance of the theoretical Pecqueur model (1997) for the implementation of territorial development projects, and the steps performed in the community by the NGO Habitat. It was sought to analyze specifically the repercussion of the actions of improvement studied in the scope of life quality, equal rights, integration and social inclusion of the community members after the arrival of the NGO Habitat. Therefore the method used was the model proposed by Gallicchio (2004) that analyses eventual verifiable improvements in the economical, political, social cultural and environmental dimensions of the community. It was a qualitative research of descriptive nature having as an analysis instrument a previously elaborated guide which was followed during the interviews that covered the universe of fifty families that benefited from the Project. The analysis method used on the data gathered was that of “Content Analysis” that seeks the interpretation of the data at its most, interpreting the spoken, written and even gestural messages. This method allowed that the researcher to decode the messages not revealed immediately, through a more thorough observation of the different forms of expression used by the people interviewed. A conclusion was made that it is indisputable that the project established a movement, even if discreet and initial, of a local development in the community. It is clearly proved, the existence of a communitarian development through the emergence of a movement, in an initial phase, strongly based on the rise in the collectivity, processing the liberation of entrepreneurial initiatives by some. It is clear that a real local sustainable development, in the true meaning of the word, is still far from the reality of the community.

KEY WORDS: Local Development, Sustainability, Varjada Rural Community.

LISTA DE TABELAS

Tabela n. 01 – Dados pessoais 'distribuição do gênero por grupo'	45
Tabela n. 02 – Dados pessoais 'gênero, estado civil'	46
Tabela n. 03 – Dados pessoais 'gênero e faixa etária'	47
Tabela n. 04 – Dados pessoais 'gênero e grau de escolaridade'	47
Tabela n. 05 – Dados pessoais 'sexo masculino; grau de escolaridade e idade'	48
Tabela n. 06 – Variáveis: gênero, faixa etária e grau de escolaridade	49
Tabela n. 07 – Variáveis: gênero e atividade de trabalho	50
Tabela n. 08 – Variável tempo de trabalho	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA – Articulação no Semiárido;

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base;

CEF – Caixa Econômica Federal;

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

HPH – Habitat para Humanidade Brasil

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico;

ONG – Organização Não Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PDL – O Plano de Desenvolvimento Local

PTTS – Plano de Trabalho Técnico Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Escolha e Justificativa do tema	16
1.2 Problematização	18
1.3 Hipóteses	18
1.4 Objetivos	18
1.4.1 Objetivo geral	18
1.4.2 Objetivos específicos	19
2 METODOLOGIA	20
2.1 Amostra	21
2.2 Processo de coleta dos dados	22
2.2.1 Coleta de dados na comunidade rural de Varjada	22
2.2.2 Levantamento de dados com os atores institucionais (principais dificuldades)	24
2.3 Método de análise dos dados	25
3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO OBJETO DE ESTUDO: COMUNIDADE RURAL DE VARJADA/PE	26
3.1 Aspectos gerais	26
3.2 Condições de infraestrutura	27
4 QUADRO CONCEITUAL	29
4.1 Desenvolvimento local	29
4.2 Conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	33
4.3 O que são Organizações Não Governamentais – ONG	35
5 CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE: FASES DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO E DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS OBSERVÁVEIS	41
6 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
6.1 Características da população pesquisada	45
6.2 Análise do processo de intervenção da ONG Habitat	52
6.2.1 Fase preliminar de identificação das necessidades e sensibilização da comunidade	52
6.2.2 Análise dos passos metodológicos aplicados (descrição dos objetivos e dos procedimentos adotados)	55
6.2.2.1 Descrição dos eixos de desenvolvimento e estruturação do projeto	56
6.2.2.2 Formação de parcerias	59
6.2.2.3 Expansão do projeto de engenharia a partir do conhecimento da realidade local	60
6.2.3 Reflexão avaliativa do processo de intervenção aplicado	60

6.3 Estudo dos efeitos das ações de desenvolvimento local empreendidas na comunidade	61
6.3.1 Análise da dimensão econômica	61
6.3.2 Dimensão sociocultural do projeto	69
6.3.3 Dimensão ambiental	73
6.3.4 Dimensão política	75
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	86

1 INTRODUÇÃO

O tema que fundamenta a presente pesquisa – “desenvolvimento local” – estuda como vem ocorrendo as ações de melhoria realizadas pela ONG “Habitat para Humanidade Brasil”, doravante grafada como simplesmente ‘Habitat’ ou ‘Habitat Brasil’, na Comunidade de Varjada/PE, e até que ponto este fato proporciona a minimização das disparidades sociais e econômicas da localidade. A comunidade em estudo localiza-se no semiárido nordestino, pertencente ao Município de Passira/PE, distante 117 km da capital, Recife.

A Habitat é uma organização não-governamental de origem americana que ao se instalar no Brasil tinha, a princípio, como objetivo central, a construção de casas em comunidades de baixa renda. Ao ampliar sua atuação para o Nordeste Brasileiro no ano de 1987, percebeu, nos primeiros trabalhos realizados na região, que seria necessário adaptar-se a realidade nordestina. A ONG Habitat constatou que só construir casas não bastava e, diante desta certeza, ampliou seus objetivos passando a intervir através de ações e iniciativas focadas no desenvolvimento comunitário e diminuição de problemáticas locais de moradias de comunidade carentes (HABITAT, 2010).

As ações de melhoria comunitária realizadas pela Habitat em Varjada vem desencadeando alterações visíveis na comunidade, o que instiga uma análise conceitual de como se processou o desenrolar do projeto na prática, e se realmente estas mudanças favorecem e estimulam a utilização do potencial existente na região, de forma que possa ser utilizado como meio produtivo pelos moradores.

Portanto, é de interesse do estudo buscar compreender o fenômeno de transformação impulsionado pela implantação do projeto na comunidade de Varjada; qual a lógica inerente à relação entre beneficiado e a política de ação conduzida pela ONG Habitat; verificar se houve melhorias na qualidade de vida da comunidade, além de avaliar se os aparentes benefícios se estenderam às cinco dimensões que são: cultural, política, social, econômica e ambiental que possam ter contribuído para um processo evolutivo de desenvolvimento local sustentável. Faz-se necessário no processo de pesquisa analisar se realmente o projeto atendeu a demanda local, sendo este o fator do aparente êxito do projeto Varjada.

Desta maneira, é imprescindível entender a dinâmica do debate e o papel das lideranças presentes no programa de intervenção que formam os vetores impulsionadores do processo de mudanças assentadas na comunidade.

A aparente alteração transcorrida a partir da implantação do projeto Varjada inspira

questionamentos sobre o papel dos organismos públicos, privados e não governamentais no planejamento e desenvolvimento das pequenas comunidades, e se realmente geram melhorias distribuídas uniformemente e de forma compartilhada entre os moradores da localidade. É importante saber se estas organizações atuam objetivando estimular o desenvolvimento através da geração de emprego, educação, saúde, moradia, lazer, e se estas ações proporcionaram aos beneficiados uma inserção de maneira inclusiva, propiciando o exercício da cidadania por parte de cada cidadão da comunidade pesquisada, favorecendo a prática da igualdade de direitos. Durante o desenvolver do estudo surgiram questionamentos que estimularam no pesquisador reflexões sobre como o desenvolvimento local sustentável pode alterar a realidade das regiões, redistribuindo atividades que possibilitem diminuir significativamente as desigualdades em um mesmo espaço regional, e, até mesmo, em uma comunidade.

Para se estimular o desenvolvimento é necessário compreender o processo em si, o que demanda tempo e envolve ações decisórias, definindo como alocar recursos produtivos e econômicos, impulsionando a comunidade a ter habilidades para identificar a problemática local prioritariamente, bem como capacitá-las a gerenciar diferentes recursos com a finalidade de implantar soluções eficientes e eficazes.

Cabe ao pesquisador a responsabilidade de contextualizar sistematicamente a realidade dos fatos do ambiente de pesquisa. Entender como se procedem as mudanças e compreender a lógica da dinâmica que vem alterando visivelmente o local pode evidenciar características de um processo em marcha de desenvolvimento local, que segundo Gallicchio (2004, p.8) é definido como:

Um processo de organização entre os agentes que interagem em um determinado território, para impulsionar, com a participação permanente, criadora e responsável dos cidadãos; é um projeto comum de desenvolvimento; implica na geração de crescimento econômico, igualdade social, preservação cultural, sustentabilidade ecológica, ação de grupos, e, qualidade e equilíbrio espacial e territorial. A finalidade é: elevar a qualidade de vida de cada família e cidadão que vive neste território, contribuir com o desenvolvimento do país; e, enfrentar adequadamente os desafios da globalização e as transformações de economia internacional.

Estes elementos despertaram o interesse em compreender o contexto, através do instrumento de pesquisa, com o objetivo de estudar o processo de intervenção.

Como se trata de uma ação concluída, o pesquisador propôs testar o modelo teórico de Pecqueur (1997) como instrumento de avaliação, por ser este fundamentado em cinco fases consideradas necessárias para a composição estrutural de um projeto do desenvolvimento local que envolve a elaboração, acompanhamento e conclusão de todo o processo.

O procedimento que envolve o conjunto de etapas conforme descrito acima é fundamental para o êxito final da ação, portanto, o não cumprimento de uma das fases propostas no modelo adotado pode desestruturar as ações de modo a inviabilizar o programa proposto pelo projeto. Diante do exposto, o pesquisador buscou apropriar-se do modelo, utilizando-o como parâmetro para as análises dos dados obtidos com a intervenção da ONG Habitat. As avaliações foram realizadas através do cruzamento de informações na busca de evidências que comprovem que as fases que constituem o modelo para implantação de projetos de desenvolvimento local de Pecqueur é o motivo real do êxito do projeto realizado na comunidade de Varjada.

Inicialmente este foi o único modelo proposto a ser seguido no projeto de dissertação. Porém, após reflexões e contribuições de pesquisadores envolvidos com a problemática, entendeu-se por incorporar um modelo complementar que possibilitasse diagnosticar a existência de características que comprovassem o surgimento do desenvolvimento local que se deseja sustentável, na comunidade.

Assim, o pesquisador, acatando diversas contribuições ao trabalho, incorporou como modelo de análise de pesquisa as quatro dimensões propostas por Gallicchio (2004) que são compostas pelas dimensões: econômica, sociocultural, política e ambiental, as quais possibilitam traçar parâmetros de análise sobre a existência de variáveis que demonstrem ou comprovem a existência de um movimento, ainda que tênue, de desenvolvimento local sustentável.

Os modelos colaboraram para que o pesquisador pudesse apresentar resultados mais consistentes objetivando a atender as indagações indicadas no objetivo geral e específico do trabalho.

Desta maneira pretende-se, com esta pesquisa, contribuir para: a) ampliar o enfoque de análise do Projeto Varjada; b) permitir diagnosticar pontos passíveis de melhorias no processo; e, c) apresentar novas perspectivas e oportunidades que possibilitem a continuidade do processo de reestruturação das ações e práticas comunitárias, inauguradas com a intervenção.

As partes que compõem a elaboração desse estudo foram sistematizadas em sete capítulos. O capítulo um apresenta uma breve narrativa introdutória sobre a escolha e justificativa do tema e sua problemática, com o propósito de mostrar ao leitor o alcance do estudo; O capítulo dois contém a descrição da metodologia desenvolvida na pesquisa. Este item visa fornecer o detalhamento das diretrizes que conduziram o processo em diferentes momentos, indicando como ocorreu a escolha da amostra. Também discorre sobre as técnicas

utilizadas para a realização da coleta de dados e como os dados coletados foram tratados.

No terceiro capítulo efetua-se uma breve caracterização do universo objeto de estudo, a comunidade de Varjada. No capítulo quarto, é feita uma revisão de literatura sobre os temas desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e sobre o que são organizações não-governamentais – ONG, assim estabelecendo o referencial teórico que serviu como base para o desenvolvimento do trabalho.

No capítulo quinto se discute o modelo de análise, ocasião ideal para definir as variáveis que serão observadas na pesquisa.

O sexto capítulo apresenta as análises e os resultados obtidos e por fim, apresenta-se as conclusões onde se busca explicitar a contribuição teórica do trabalho a um maior entendimento do termo “desenvolvimento local” que se pretende “sustentável”.

1.1 Escolha e justificativa do tema

Em termos teóricos, a presente pesquisa encontra sua importância enquanto procura compreender a lógica subjacente que vem alterando a dinâmica da comunidade estudada e aponta para a estruturação de um processo em marcha de desenvolvimento local. Em termos de gestão, o histórico da implantação do programa social pode servir como um novo paradigma para a criação de novas ações governamentais incorporando às políticas públicas ações de desenvolvimento local de maneira sistematizada, a fim de que possam ser repetidas em outras localidades.

O valor do estudo encontra-se no ato de buscar compreender como ocorrem as intervenções na região e se estas apresentam propostas reais de desenvolvimento local. É também propósito do trabalho diagnosticar se o projeto em questão identificou oportunidades existentes na região, possibilitando à comunidade explorá-las, com o intuito de promover a inclusão social e o bem-estar econômico da comunidade. Este elemento possibilita compreender se a identificação dessas oportunidades permitiu a introdução de capacitação com o objetivo de gerar conhecimento específico, capaz de qualificar os beneficiados em atividades que lhes proporcionem elevação de renda local.

A escolha desse projeto especificamente se deu pelo fato de ser considerado de êxito, e também por ter ganho o prêmio (CAIXA – Melhores Práticas).

Através de relatos, chegou-se à comunidade de Varjada, esta, por sua vez, se apresentou receptiva favorecendo, assim, o processo exploratório. Pôde-se perceber que a

comunidade passou por um processo de transformação psicológica, demonstrando alto nível motivacional e disposição em buscar e participar de ações que venham beneficiar e suprir as necessidades latentes. Este aspecto motivacional faz com que as pessoas liberem o desejo de traçar uma melhoria contínua em suas vidas. Em termos de pesquisa, o ambiente apresentou-se rico em relatos e vivências que permitiram uma análise do desenvolvimento local à luz de programas estimuladores do empreendedorismo e como tal, incentivando o aparecimento do comércio local.

A comunidade rural de Varjada – pertencente ao Município de Passira/PE, como tantas outras comunidades interioranas, tem carências evidentes. As carências dessa localidade afetam diretamente a qualidade de vida dos integrantes, dificultando o acesso à saúde, escola, moradia, água potável, saneamento e outros direitos.

Em termos práticos, este projeto evidencia o impacto de um programa social com relação a melhoria das dimensões econômicas, socioculturais, ambientais e políticas na qualidade de vida da população.

O programa da construção das casas em Varjada/PE, através da intervenção da ONG Habitat para a Humanidade, pôde alterar a realidade desta comunidade ao ponto de inspirar confiança na população. A predominância deste fator emocional tornou-se fundamental para que os participantes demonstrassem a todo o momento a vontade de participar ativamente das etapas do projeto. Esta foi uma fase de descobertas pessoais, afirmaram os entrevistados, muitos deles revelaram que descobriram ter habilidades antes nunca exploradas, passando assim a acreditarem mais no próprio potencial. O estudo dessa experiência pode ser visto como de importância para organismos governamentais e ONG's, servindo como orientação para futuras intervenções.

Entende-se que um investimento social, com um dado grau de eficiência, pode ser adotado por outras entidades que visem alterar a realidade social de muitas comunidades pobres sem perspectivas de crescimento, fadadas ao conformismo.

A presente pesquisa foi exequível pela acessibilidade encontrada tanto na comunidade como na ONG Habitat, no que diz respeito ao fornecimento de documentos e informações, havendo também o interesse por parte da comunidade de avaliar os resultados desse programa para que sirva de exemplo enquanto instrumento institucional para novas intervenções.

1.2 Problematização

Além das dificuldades impostas pelo semiárido, a comunidade de Varjada ainda tem outros problemas agravantes em nível de necessidade básica, como falta de água potável, saneamento básico, saúde e educação básica, energia elétrica, segurança pública, vias de acesso.

Por ser uma região pobre com uma acentuada escassez, as moradias são precárias e caracterizam-se por casas feitas de taipa as quais, na maior parte do ano, são úmidas e abrigam insetos transmissores de doenças como a de Chagas. Enfrentar estas ameaças é apenas mais uma de tantas dificuldades vividas pela comunidade. Diante deste contexto de vulnerabilidade, a pergunta problema seria: Quais fatores contribuíram para o aparente êxito do projeto de Varjada/PE e quais as implicações destas intervenções no aparente processo de “desenvolvimento local” que se deseja sustentável, em curso na região?

1.3 Hipóteses

a) Os fatores que contribuíram para a eficácia das etapas que compõem o processo de intervenção encontram-se respaldados nas cinco fases de um projeto de desenvolvimento territorial propostas por Pecqueur (1997) com ênfase centrada na participação dos atores.

b) O êxito do projeto junto à comunidade está no fato deste ter centrado esforços promovendo a inclusão social e o bem-estar físico da comunidade.

c) O êxito baseia-se na elaboração do planejamento das etapas do projeto considerando a realidade local, atuando proativamente na solução dos problemas prementes da comunidade local por ordem de prioridade.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

O estudo tem como objetivo geral investigar se as intervenções realizadas pela ONG Habitat para Humanidade Brasil contribuíram para o processo de desenvolvimento local sustentável da Comunidade de Varjada/PE.

1.4.2 Objetivos específicos

a) Verificar a consistência entre o modelo de Pecqueur (1997) com as etapas executadas no projeto;

b) analisar e definir os pontos essenciais das quatro dimensões (econômica; sociocultura; ambiental; política) que caracterizam o desenvolvimento local e que reflitam a realidade presente na comunidade a ser estudada;

c) analisar a repercussão das intervenções no âmbito da qualidade de vida, integração e inclusão social da comunidade após a chegada da “Habitat Brasil”.

Segue-se a apresentação da metodologia utilizada para coleta de informações e o método empregado para análise dos dados qualitativos.

2 METODOLOGIA

Trata-se o presente estudo de uma pesquisa qualitativa que de acordo com Oliveira (2008, p.37) é “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.”

Normalmente os estudos que utilizam a pesquisa qualitativa estão relacionados a fenômenos de grupos ou sociedades, razão pela qual o pesquisador deve atuar pontualmente no local onde se desenvolve o objeto de estudo. A pesquisa qualitativa é considerada por vários autores como sendo essencialmente de campo, sendo esta muito aplicada em estudos que envolvem as ciências sociais. Araújo e Oliveira (1997, p. 11), resumem a pesquisa qualitativa como sendo um estudo que:

(...) se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

No primeiro contato com a Comunidade de Varjada, teve-se como meta realizar um estudo exploratório com a finalidade de obter informações que auxiliassem na compreensão da sua realidade, como também identificar a problemática local, o que posteriormente possibilitou a elaboração do projeto de dissertação.

Para que os objetivos propostos fossem atingidos, neste estudo utilizou-se do método que implicou em três etapas. Na primeira, foi realizada uma coleta de dados secundários partindo de levantamento documental e bibliográfico. Os dados secundários são obtidos através de diversos recursos como os livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses (MARCONI e LAKATOS, 1991).

No segundo momento foi definido o modelo de análise do teórico Pecqueur, cujo roteiro de entrevista 01 consta no APÊNDICE A. Na terceira etapa da pesquisa de campo compõe-se pelas quatro dimensões que caracterizam o desenvolvimento local (GALLICCHIO, 2004). Este modelo é aplicado como instrumento de coleta de dados conforme consta do APÊNDICE B – roteiro de entrevista 02. Este roteiro foi organizado em cinco etapas, são elas: (1) dados pessoais; (2) perguntas que caracterizam a existência de variáveis econômicas; (3) buscar identificar a presença de variáveis socioculturais; (4) perguntas com objetivos de caracterizar a existência das variáveis ambientais e por fim (5) avaliar a extensão da variável organizacional-política.

De posse deste material, estabeleceu-se a data para a realização das entrevistas com os beneficiados com o trabalho na primeira fase do projeto. Escolheu-se um final de semana. Esta escolha foi motivada em razão da percepção que o autor teve nas idas anteriores à comunidade. Todas as vezes que o pesquisador esteve na comunidade realizando sondagens observou que durante a semana a maioria das pessoas saía para resolver assuntos pessoais, outras passavam o dia todo no roçado, ou estavam ocupadas com os afazeres de casa. Portanto, houve a preocupação de não tirar as pessoas da rotina diária, chegando-se a conclusão de que seria melhor executar a entrevista no final de semana.

Quando se partiu para o campo, já se havia definido qual seria a amostra, o processo de coleta; e se estabeleceu como regra que a cada final do turno os dois pesquisadores se reuniram e debateriam o que perceberam, ficando a critério do autor da pesquisa determinar se seria importante ou não realizar anotações complementares sobre o fato acontecido.

A importância de estabelecer regras para a coleta de dados é no sentido de que toda informação obtida no campo será utilizada como fonte de dados para o processo de análise e resultado da pesquisa, sendo fundamental fazer uso de critério buscando, assim, obter informação consistente que possa ser evidenciada no ambiente.

2.1 Amostra

A amostra utilizada, composta por cinquenta famílias, se caracteriza por não probabilística intencional. Segundo Oliveira (2008, p.88), amostra não probabilística é caracterizada quando “o pesquisador (a) determina a quantidade de elementos ou número de pessoas aptas a responder um [...] roteiro de entrevista ou a um questionário.”.

No caso em pauta, o roteiro de entrevista foi aplicado na população compreendida pelas cinquenta famílias beneficiadas na primeira fase do projeto realizado pela ONG Habitat. Destas famílias, 21 (vinte e uma) foram entrevistadas; a restrição do número de coleta se deve as variáveis incontrolláveis, estas motivadoras dos obstáculos enfrentados tais como: a distância entre a localização física de cada casa; o fato de não encontrar o beneficiado ou seu cônjuge, em muitas das residências, justamente na hora que o pesquisador realizava a coleta de dados impossibilitando, assim, a realização da coleta da amostra estabelecida. Porém, o fato de maior força que motivou a aplicação da pesquisa em 21 famílias foi a repetição de informações a partir desse número de famílias abordadas

2.2 Processo de coleta dos dados

O pesquisador verificou que seria conveniente utilizar o mesmo cadastro que foi elaborado pela ONG Habitat e prefeitura como forma de auxiliar no deslocamento dos pesquisadores. A intenção era proporcionar agilidade no processo de coleta de dados. Desta forma, a autora-pesquisadora teve por objetivo realizar a pesquisa com a população definida no projeto de dissertação (cinquenta famílias).

2.2.1 Coleta de dados na Comunidade Rural de Varjada

Seguindo os critérios mencionados, apresenta-se a seguir a classificação dos grupos que compuseram o cadastro da primeira fase de construção das casas. O primeiro refere-se ao grupo 01 (Dona Tatá), composto por onze pessoas cadastradas. Estes dados foram obtidos no relatório do projeto de trabalho técnico social da Habitat.

O cadastro foi elaborado de forma que a codificação numérica estivesse relacionada ao nome de cada pessoa residente nas localidades definidas em cada grupo. No caso do grupo 01, a nomenclatura estabelecida foi ‘Dona Tatá’. Esta pessoa é figura representativa no meio e muito conhecida no local. Ela foi a primeira pessoa a despertar os interventores para a real demanda local.

O grupo 02 (igreja) continha dez pessoas moradoras da região que circunda o prédio da Igreja Metodista, ponto este referido como sendo o lugar de fundamental importância para o projeto em todas as etapas.

Seguindo a ordem classificatória do cadastro, vem o grupo 3 (Serra do Quixó), composto por sete pessoas inscritas que residem na localidade denominada de Serra do Quixó, a qual se estende por toda extensão territorial de Varjada prolongando-se para outros vilarejos.

A seguir se apresenta o grupo 4 (Da Paz). Este grupo é composto por onze pessoas e o cadastro é classificado pela nomenclatura (Da Paz), fazendo referência a uma senhora viúva que participa desde o início do movimento de criação do Centro de Atividades das Mulheres Bordadeiras.

E por fim, e não menos importante, apresenta-se o grupo 5 (Início Varjada de Baixo). Este último grupo é composto por nove pessoas. Das cinquenta famílias, dois dos representantes legais faleceram, ambos pertencente ao grupo 4, cujo nome foi excluído do

processo.

A soma dos grupos contabiliza o total de quarenta e oito famílias cadastradas inicialmente no projeto em discussão; informa-se que foram retiradas do cadastro as duas pessoas falecidas.

Como se pode observar, através do cadastro é possível identificar a pessoa ao código do cadastro (CAD). Para evitar a identificação das pessoas resolveu-se criar uma numeração aleatória para cada roteiro de pesquisa, com o intuito de preservar o direito de cada entrevistado de permanecer no anonimato.

A meta era a de realizar a entrevista com 13 (treze) pessoas na primeira parte do dia, e doze no período da tarde. Mas não contou-se com a feira de alimentos que se realiza aos sábados na Cidade de Passira. Este fato influenciou de forma desfavorável à pesquisa de campo porque a maioria das famílias havia ido para a feira comercializar e/ou comprar seus mantimentos. Toda casa em que houve tentativa de abordagem no período da manhã, não se teve êxito, o que gerou uma grande preocupação. Era preciso realizar a pesquisa naquele período por dois motivos que se combinam: o primeiro está relacionado ao tempo para a conclusão dos trabalhos de dissertação, e o outro estava ligado ao alto custo ligado ao transporte, o difícil acesso ao local de pesquisa e a total falta de estrutura da localidade para quem precisa pernoitar.

Partindo-se para o período da tarde do sábado, constatou-se que este foi bem mais produtivo, uma vez que foi possível, assim, realizar nove entrevistas. No domingo, os entrevistadores levantaram-se por volta das 4h40 (quatro horas e trinta minutos). A ideia era encontrar as pessoas em casa antes de irem para a roça. Fato surpreendente foi que neste horário a comunidade, em muitos dos trechos, já havia varrido todo o pátio e alguns homens retornavam com feixes de capim, alimento para animais. Resolveu-se continuar percorrendo as residências, ressaltando a distancia entre uma casa e outra. Diante destas variáveis resolveu-se não realizar o intervalo destinado ao horário das 12h às 13h.

Em meio a tantas adversidades surgiu outro fato com o qual não se contava: os homens e algumas mulheres estavam trabalhando em outras cidades na campanha política. Um número expressivo de pessoas da comunidade possui moto e aproveita o momento das eleições para ser “*outdoor*” ambulante, e assim aumentar a renda.

São fatos interessantes que não poderiam ser omitidos, visto que tiveram forte impacto no processo de coleta de informação em campo.

Não obstante os inúmeros desafios enfrentados conseguiu-se terminar o dia de domingo com doze pessoas entrevistadas, o que totalizou vinte e uma entrevistas realizadas da

população definida de cinquenta famílias.

A decisão de encerrar com o processo de coleta dos dados se deu em razão de fato de se observar que com a continuidade das entrevistas as respostas começavam a se repetir, fato este que passou a se repetir, não sendo nenhuma novidade as observações. Este foi o elemento que fundamentou a decisão de concluir coleta em campo dos dados empíricos.

2.2.2 Levantamento de dados com os atores institucionais (principais dificuldades)

Para a terceira etapa da pesquisa foi elaborado um segundo roteiro a ser aplicado entre os principais parceiros do projeto (Habitat, Centro Pernambucano de Desing; SEBRAE/Caruaru e CEF).

As perguntas realizadas no questionário foram compostas para testar se há semelhança entre as cinco fases do modelo de Pecqueur, descrito no referencial teórico, com as etapas executadas no projeto pela Habitat.

A dificuldade dessa terceira etapa, na prática, quando se tratou de contactar com os gestores institucionais envolvidos com o projeto, foi a de conciliar a agenda dos gestores e encontrar um horário considerado adequado para a realização das entrevistas. Isso porque os órgãos governamentais estavam dedicados a fechar o cronograma estabelecido para o ano de 2010, não podendo deixar pendências para o ano vindouro de 2011. Fato que aconteceu com a CEF, que acompanha em todo o Estado de Pernambuco o projeto “Minha casa, minha vida”, sobrecarregando os gestores responsáveis por esta área. Automaticamente, este fato contribuiu para dificultar o acesso a tais pessoas.

Com relação ao SEBRAE da Cidade de Caruaru/PE, houve dificuldades de acesso à gestora desde o primeiro contato, quando a mesma fez questão de reforçar que estava muito ocupada. A exigência foi a de que lhe fosse encaminhada uma correspondência via fax para oficializar a pesquisa com o roteiro de entrevista proposto para depois, então, ser realizada a pesquisa. Imediatamente após o envio, solicitou-se a confirmação do recebimento, tendo sido a resposta afirmativa.

Nos meses subsequentes tentou-se contato por telefone a fim de obter um retorno sobre o assunto em pauta, o que não foi conseguido. Ao se perceber que por telefone resposta alguma seria obtida, a resolução encontrada dirigiu-se à Cidade de Caruaru. Este fato ocorreu no mês de setembro (2010).

Chegando ao SEBRAE, obteve-se a informação de que a gestora não se encontrava;

passou-se o dia na expectativa de seu retorno, o que não aconteceu. A conclusão deste episódio foi a constatação de que não houve uma predisposição por parte da gestora da entidade em atender às solicitações da pesquisa.

Bem diferentemente foi o comportamento da Gestora do Centro Pernambucano de Desing e da ONG Habitat. Ambos se mostraram receptivos e abertos ao diálogo o que facilitou a conclusão da pesquisa no que tange ao levantamento de campo.

2.3 Método de análise dos dados

Análise de conteúdo foi o método adotado para análise dos dados em razão de sua importância, bem como pelo conjunto de técnicas que possui, permitindo ampliar as possibilidades de análises, conforme afirma Bardin (1977, p. 42). Esse autor conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de um conjunto de técnicas e procedimentos, uma análise dos conteúdos das mensagens que permita avaliar de forma interpretativa a dinâmica do debate entre (emissor/receptor) possibilitando realizar uma análise pautada em procedimentos sistemáticos. (PUGLISI; FRANCO, 2005, p. 25).

Criada inicialmente como uma técnica de pesquisa com vistas a uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de comunicações em jornais, revistas, filmes, emissoras de rádio e televisão, hoje é cada vez mais empregada para análise de material qualitativo obtido através de entrevistas de pesquisa (MACHADO, 1991, p. 53). Minayo (2003, p. 74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto.

A seguir, serão apresentados alguns aspectos relacionados à Comunidade Rural de Varjada.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO OBJETO DE ESTUDO: COMUNIDADE RURAL DE VARJADA /PE

3.1 Aspectos gerais

A comunidade de Varjada é um vilarejo do Município de Passira/PE que tem como principais atividades econômicas o comércio local, produção de artesanato, pecuária, agricultura, extrativismo vegetal e silvicultura. No caso da Comunidade de Varjada/PE, a fonte da economia local é a agricultura familiar de subsistência que se define pela venda das sobras de produção que, neste caso, é constituída pelo cultivo de feijão, mandioca, milho e maxixe.

A comunidade encontra-se encravada no semiárido nordestino, situada aproximadamente a 117 km da Cidade do Recife, capital pernambucana. Segundo declarações colhidas dos moradores em visita realizada no local, a ocupação ocorreu de forma espontânea. Os primeiros habitantes chegaram à região a procura de terras produtivas, pois viviam se deslocando em busca de um bom lugar para cultivar e criar animais. Não se sabe ao certo a data e ano que resolveram fixar residência neste espaço geográfico, porém os mais antigos moradores afirmam ter ocorrido há muito tempo. Porém, o que se diz em toda Região de Varjada é que este fato deu origem às três famílias que povoaram o local. Hoje a comunidade é composta por cento e setenta e seis famílias originárias dos primeiros habitantes que ali chegaram. Estas informações conferiram com o cadastro realizado pela Prefeitura de Passira e com levantamento realizado pela ONG Habitat (2010).

Existem registros de fotos da época revelando que a comunidade viveu o auge do plantio do algodão. Esta revelação foi feita pelo morador da comunidade que hoje tem oitenta e cinco anos de idade, o qual relembra que anos mais tarde toda a região foi surpreendida pela praga do bicudo, nome popularmente dado ao transmissor da doença que exterminou com o plantio desta cultura na região.

É comum, desde o início da formação da comunidade, a relação entre parentes consanguíneos, de modo a perpetuar este padrão de relação social, fato considerado normal em aglomerados habitacionais familiares. Hoje não é muito diferente do passado, uma vez que os meninos e meninas iniciam a vida matrimonial muito cedo, alguns com menos de quinze anos de idade.

3.2 Condições de infraestrutura

A infraestrutura básica é precária, principalmente relacionada à falta de sanitário e água encanada, o que piora ainda mais as condições de saúde, impedindo um resultado satisfatório das ações preventivas do agente comunitário em programas de saúde dessa comunidade.

O elemento falta d'água é o mais agravante, pois dificulta a realização dos hábitos de higiene considerados saudáveis, além de gerar dificuldades, principalmente para as mulheres por terem de trabalhar na agricultura e nos afazeres domésticos, além de realizarem um esforço maior quando precisam abastecer de água seus lares. Esta situação piora nos períodos de estiagem, obrigando-as a caminhar quatro (04) horas para buscar água, tornando-se mais desgastante fisicamente no retorno, pois além da distância, soma-se a esta situação o peso do pote com a temperatura elevada, e o tempo desperdiçado no trajeto, prejudicando suas atividades artesanais. Mesmo assim, aproximadamente 90% (noventa por cento) das mulheres realizam bordados manuais, sendo esta uma importante alternativa para obter dinheiro extra, participando diretamente no aumento da renda familiar que não alcança, na maioria das vezes, o salário mínimo atual, correspondente ao valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais). Esta cultura artesanal é forte entre essas mulheres, sendo incorporada desde muito cedo na vida das “crianças do sexo feminino” (HABITAT, 2010). Esta prática influencia diretamente na composição da economia local que em sua maioria é realizada informalmente.

Esta informalidade implica na exploração do trabalho realizado por este grupo de mulheres, pois, normalmente por não terem conhecimento sobre práticas de comércio, terminam caindo nas mãos dos atravessadores. Estes compram sua produção por um preço inferior da realidade de mercado e vendem por preços exorbitantes em lojas da capital e outras cidades circunvizinhas. Este ciclo evidencia uma exploração contínua da mão de obra local, isto acontece por causa da falta da legalização do negócio que impede a obtenção de recursos como empréstimos, incentivos fiscais e compra de matéria prima a preços competitivos.

A falta de educação básica contribui para que os atravessadores abusem da ingenuidade das mulheres bordadeiras utilizando do poder de dominação. A ausência de conhecimento deixa estas mulheres vulneráveis às ações praticadas por pessoas de má-fé que na maioria das vezes se vinculam a esta forma de comércio injusto por necessidade financeira. Hoje a realidade se mostra alterada em relação a este comércio, posto que existem reservas e resistência a esta prática comercial por parte das mulheres bordadeiras da região. Isto acontece porque a constante atitude dos atravessadores é vista como ofensiva por uma parte das

bordadeiras. Elas afirmam que aprenderam a valorizar seu trabalho, e o que as conduziu a esta nova realidade foram os mini-cursos de capacitação ministrados pela ONG HABITAT que facilitaram a compreensão dos fatos em relação à má comercialização dos produtos.

Mesmo havendo uma iniciativa própria em buscar conhecimento, ainda assim é insignificante para a realidade local, pois na região o índice de analfabetismo é elevado entre jovens e adultos, contribuindo negativamente para o desenvolvimento econômico e social desse grupo.

Com todos estes obstáculos, a comunidade vem aos poucos conquistando melhorias, principalmente após a intervenção do projeto conduzido pela ONG Habitat para Humanidade Brasil. Neste contexto, novos empreendimentos começam a surgir e hoje as mulheres já possuem uma associação que se chamada “Bordados que Brotam” (HABITAT, 2010).

Em termos de infraestrutura de comunicação, hoje existe apenas um orelhão; ademais, se encontra em construção o posto de saúde, com capacidade para atendimento de cerca de quinhentos pacientes e que irá beneficiar as comunidades da periferia de Varjada.

Os moradores aguardam o reinício das obras de construção do posto de saúde que estão paralisadas. No momento, a comunidade se queixa de viajar até a capital para obter atendimentos médicos. Segundo eles, isto é perda de tempo e dinheiro, sendo necessário percorrer aproximadamente 117 km.

Esta breve explanação versou sobre os diferentes aspectos que caracterizam, hoje, a Comunidade de Varjada/PE face a intervenção da Habitat.

Como visto, as ações iniciais da ONG Habitat, preliminarmente voltadas apenas para a melhoria de casas na Comunidade de Varjada, desdobraram-se em outras tantas ações ligadas ao conceito de cidadania, proporcionando uma tomada de consciência por parte da comunidade dos direitos em acessar serviços públicos diversos que antes, dado o baixo grau de organização comunitária por eles apresentado, era improvável de acontecer.

No capítulo seguinte abordam-se questões teóricas sobre o termo desenvolvimento local, bem assim o conceito de desenvolvimento sustentável e o que são Organizações Não Governamentais (ONG) e seu campo de atuação.

4 QUADRO CONCEITUAL

4.1 Desenvolvimento local

O modelo de desenvolvimento local surge a partir de importantes crises sociais, econômicas e políticas que agravam as desigualdades sociais e territoriais em decorrência da globalização (GALLICCHIO, 2004). O desenvolvimento local aparece contextualizado como alternativa para a geração de emprego e melhoria na qualidade de vida da população envolvida, sendo definido como um processo interno de ampliação contínua, de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento definido (MARTINELLI, JOYAL, 2004).

O processo político-institucional consolida-se definitivamente através do Programa de Iniciativas Locais de Emprego iniciado pela Comissão Européia em 1986, que segundo Ferreira (2009, p. 5) tem como principal característica o “[...] financiamento de pequenas empresas [...]”. Trata-se de uma iniciativa conjunta de vários países da OCDE [...] liderada por França e Itália [...]”, com o objetivo de recomendar a promoção de soluções locais, tornando-se uma alternativa para suprimir o desgastado e esgotado modelo de desenvolvimento que tinha como plataforma o complexo industrial.

Essa nova concepção propiciou um novo olhar teórico sobre desenvolvimento, este mais adequado à realidade local.

Assim, segundo Hespanha, *et al.* (2009, p.108) desenvolvimento local é:

O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

Pode-se dizer que esta definição representa um conjunto de iniciativas consideradas de base local, objetivando a participação de atores locais na busca de soluções para sua problemática.

Afirma Hespanha *et al.* (2009, p.109) que este movimento se sustenta em três ideias básicas:

a) o diagnóstico das necessidades das comunidades locais devendo realizar-se com participação destas; b) a resposta a essas necessidades deve basear-se na utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade; c) os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, conjugando as suas várias componentes e

áreas de intervenção (alimentação, educação, saúde, emprego, rendimento, cultura, etc.).

Analisando as três ideias básicas do desenvolvimento local é notório que este processo traz em si uma proposta com grande potencial para amenizar, e porque não dizer, eliminar fatores desfavoráveis gerados por modelos formatados pela noção de crescimento econômico, industrialização, transferência de tecnologia e outros processos exógenos que contribuíam para o surgimento de problemas tais como:

a) ignorar as necessidades efectivamente sentidas pelas comunidades locais, bem como os seus recursos e capacidades; b) desprezar os seus valores, identidades e saberes, considerando-os primitivos e subdesenvolvidos; c) estimular a dependência e a subordinação em relação ‘ao que vem de fora’ criando novos problemas (econômicos, sociais, culturais e ambientais), até aí desconhecidos (HESPANHA, *et al.*, 2009, p.109).

Unindo-se a esta prática surgem as Organizações Não Governamentais (ONG's). A principal delas foi a sueca chamada “Dag Hammarskjöld Foundation, ligada à Universidade de Uppsala, que editou uma revista sobre estes temas intitulada ‘Development Dialogue’, onde algumas destas questões foram refletidas.” (HESPANHA *et al.*, 2009, p.110).

As publicações e discussões alimentaram o nascimento do pensamento do que viria a ser o desenvolvimento local, sendo na época a essência que colaborou para a formulação do conceito. A aceitação desta nova definição sobre desenvolvimento estimulou os técnicos a atualizarem as ferramentas adotadas em ações práticas a serem aplicadas em iniciativas de base local.

A visão argumentativa sobre o desenvolvimento local vai muito além da concepção acumulativa de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e demais variações que envolvem o fator ‘renda’.

Embora seja condição preponderante para o crescimento, torna-se necessário analisar aspectos apresentados no livro ‘Desenvolvimento como liberdade’ onde, segundo Sen (2000, p. 28-29),

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, [...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas soluções, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Portanto, pode-se concluir que os acontecimentos geradores de fatos com amplitude

mundial, regional e local são elementos que alavancam interesses semelhantes em localidades diferentes, regimes políticos opostos e nacionalidades diversas. Porém, nem sempre os modelos e ferramentas utilizados eficientemente numa localidade, quando utilizados em outra região, produzem um resultado semelhante, correndo o risco de se tornarem ineficientes.

Daí a importância de colocar-se a caminho de um entendimento mais profundo do processo de integração que ocorre em programas e projetos focados no desenvolvimento local. É preciso acompanhar todas as fases para formatar uma compreensão dos fatores favoráveis e dos não favoráveis, estes últimos podendo implicar em conflitos de interesses.

Diante de uma nova realidade, os anos 90 rompem com antigos pressupostos, relacionados ao tema desenvolvimento, e chega ao século XXI sendo visto como processo que tem como base a ativação do interesse da comunidade através de uma motivação interna do local. Para os autores Ávila, Campos, Rosa, Ferro e Paulitish (2001, p. 67-69):

[...] o 'núcleo conceitual' do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento, a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida, [...] das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida', 'portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica', no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar 'discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos' e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Isto quer dizer que não haverá desenvolvimento local se não houver uma iniciativa interna.

Para que isto aconteça, se faz necessário gerar oportunidades sociais que permitam o aumento da renda através do fortalecimento da economia local instigando a geração de riqueza, porém de maneira que assegure a conservação dos recursos naturais de cada região.

No caso do desenvolvimento local se especializar nas áreas onde já se tem vantagem, trata-se de uma maneira de lidar com a instabilidade gerada pelo ambiente externo. Portanto, para se criar um diferencial comparativo é necessário o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas na elaboração e fornecimento dos bens de consumo. Isto leva tempo, sendo preciso mobilizar a comunidade através de iniciativas que atuem sobre as condições de melhoramento das competências essenciais através da aplicação de cursos de capacitação, além da necessidade de realizar melhorias na infraestrutura tornando-a adequada, além de investir

continuamente na qualidade. Esta é uma forma eficiente e eficaz de programar as atividades produtivas, contribuindo para a evolução do potencial competitivo sem desprezar os recursos locais disponíveis. Neste caso, a finalidade é se tornar especialista competente e se apropriar dos recursos e/ou habilidades com o intuito de atingir elevado grau de qualidade, fortalecendo as bases do mercado local.

Haveri (1996) afirma sobre o tema que “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

Percebe-se que o conceito de desenvolvimento local vem se consolidando fortemente nas regiões ou município de pequeno porte, por causa do intenso trabalho de coesão e de articulação que contribui para a adesão, sendo este processo um forte elemento para o êxito do programa entre os atores. O êxito referido implica na maioria das vezes num constante movimento de transformação alterando a realidade dos pequenos municípios e/ou comunidades. Isto só é possível quando acontece uma convergência dos interesses entre o ambiente político e social passando a representar a opinião e a vontade conjunta da sociedade.

Quando se consegue alinhar as forças políticas com o desejo da sociedade, a resultante decorrente deste fato, sela alianças e parcerias cujas ações são elaboradas e aplicadas centradas em consonância com a conjuntura política. O que possibilita a promoção de processos capazes de canalizar as energias, e dessa forma causar mudanças reais em uma população local que se encontra normalmente inserida em diferente contexto de um determinado ambiente. Porém, para que ocorram efetivamente estas modificações é importante que o desenvolvimento local aconteça de forma crescente e sólida. Portanto, se faz necessária a integração de todos os atores envolvidos.

Milani (2005, p.1-2) descreve sobre o tema apresentando o seguinte argumento:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Para que aconteça esta evolução é preciso articular proativamente as diferentes lideranças locais para que as mesmas se incorporem a causa estimulando a integração e participação dos membros da comunidade e demais agentes de maneira igualitária. Só assim ocorrerá efetivamente o processo participativo, sendo indispensável para a promoção do conhecimento básico, e essencial no despertar para a importância de gerar e/ou fortalecer o

comércio local.

O subitem a seguir discute o conceito de sustentabilidade incorporado ao de desenvolvimento local, seus atributos, indicadores e demais variáveis que giram em torno do tema “desenvolvimento local sustentável”.

4.2 Conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Em 1972 na Cidade de Estocolmo, capital da Suécia, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. O conceito de sustentabilidade que começa a ser apresentado para o mundo traz uma nova visão sobre a realidade humana em relação ao meio ambiente.

A discussão sobre o tema sustentabilidade passa a girar em torno de um debate que ressalta a importância de se manter o respeito ao meio ambiente; preservar as raízes culturais, e crenças locais e, principalmente, incorporar métodos que atendam a critérios fundamentais que atuem diretamente na “[...] democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental e respeito à diversidade cultural” (JARA, 1998, p.12).

Diante deste diálogo, o mundo depara-se com a necessidade de criar mecanismos de proteção através de entidades governamentais, privadas e outros setores da sociedade com o intuito de viabilizar soluções sustentáveis.

Nos anos de 1980 intensificam-se os debates sobre o crescimento desordenado e seus efeitos, tornando evidente a degradação das cidades e o aumento da desigualdade social que contribui e intensifica a devastação e o esgotamento do ecossistema.

Neste período verifica-se que diversos organismos internacionais acionam alerta sobre a necessidade de mobilizar as principais economias mundiais; para que, em comum acordo, estabeleçam barreiras legais, e assim redirecionem metas de forma a centrá-las definindo e incorporando ações baseadas nos padrões de sustentabilidade que atendam a dinâmica do século XXI.

Em 1987, o relatório da Comissão Brundtland incorpora em seu texto uma visão sobre o tema, ensinando que a noção de desenvolvimento sustentável, conforme relata onze anos mais tarde Jara (1998, p. 33-51):

[...] busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades. Ou como ‘um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do investimento tecnológico e a mudança institucional estão

de acordo com as necessidades atuais e futuras [...].

O relatório pode ser considerado o início para uma nova abordagem que evidencia alterações perceptíveis entre os atores que contribuem para mudanças de paradigmas que envolvem a visão consumista e competitiva do mercado global. Esta percepção começa a ser repensada como um novo valor a ser incorporado como diretriz para a igualdade de direitos, qualidade de vida da população e a promoção do bem-estar econômico de forma compatível com os recursos naturais em longo prazo.

O mundo desperta para a necessidade de fazer um bom uso dos recursos, através da iniciativa que se tornou o marco para deliberações sobre esta problemática. Este assunto é amplamente tratado na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92), quando o evento se torna referência para futuros debates.

Esta concepção é agregada ao modelo de desenvolvimento local anos mais tarde com a preocupação que segundo Cechella; Melo; Schlickmann (2010) inclui:

[...] melhoria das condições de vida da comunidade local de forma sustentável tanto do ponto de vista da sustentabilidade social (inclusão, inserção social, participação), quanto econômico (consolidação e ampliação de empreendimentos e atividades econômicas), institucional (consolidação de novas esferas públicas, reorganizações institucionais, fortalecimento das capacidades técnicas e gerenciais dos agentes envolvidos) e ambiental (manejo sustentável dos recursos naturais, preservação dos ecossistemas locais, recuperação de áreas degradadas).

Para que ocorra o desenvolvimento, e este seja considerado sustentável, é importante manter o equilíbrio de três esferas, que segundo Jara (1998) são:

Ecológica- pela conservação dos ecossistemas e pelo manejo racional do meio ambiente e recursos naturais.

Econômica – promovendo atividades produtivas razoavelmente rentáveis preocupadas mais com a qualidade de vida que na quantidade da produção, que tenham relativa permanência no tempo.

Social – as atividades e os conteúdos dos processos de desenvolvimento são compatíveis com os valores culturais e com as expectativas das sociedades. Existe uma base de consenso entre os atores sociais participantes que permite controlar as decisões e as ações que afetam seu destino.

Para Soja, 1993; Gottdiener, 1997; Romero *et al.*, 2004) é preciso haver a manutenção do processo que trabalhe as esferas em conformidade com o conceito de sustentabilidade objetivando a coesão econômica, social e ecológica.

Este é um processo que possibilita intervir de forma a construir uma nova realidade focada no consumo consciente, ao mesmo tempo em que interaja com a problemática global na busca de soluções, sempre buscando viabilizar o uso eficiente do ecossistema.

Este pensamento traz em si a valorização do homem como agente transformador participativo interagindo cada vez mais com diferentes sistemas através da acessibilidade aos

meios tecnológicos e não mais como mero espectador. Os mecanismos utilizados para a construção de alianças/pactos são voltados para a criação de ações que envolvam a capacidade e aptidão peculiar a cada indivíduo. Estas ações têm como meta realizar intervenções rápidas na busca de soluções para problemas que compreendam os fenômenos e práticas relativas ao Estado ou a uma sociedade, possibilitando alterar a realidade de ambas variáveis.

Perkins e Zimmerman (1995, p. 1) definem “*empowerment*” como sendo “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”.

Numa releitura dos autores (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007) sobre o empoderamento emancipatório, destaque-se como um processo de evolução do homem tanto no aspecto individual, quanto grupal. Este enriquecimento é causado normalmente pelo aprendizado que se reflete posteriormente na atuação deste indivíduo que passa a participar coerentemente nos processos de tomada de decisão, tendo-se como consequência natural um crescente número de soluções eficientes para a problemática local.

O município tem papel fundamental neste processo, sendo este definido por Jara (1998), “como célula política da sociedade nacional; uma instância de direito público funcional e territorialmente descentralizada que opera politicamente, visando atingir a satisfação das necessidades das comunidades locais.”

O esforço realizado para desenvolver o município de forma sustentável necessita envolver o apoio da comunidade e de todas as entidades presentes no mesmo. A atuação deve ser conduzida por meio de várias frentes de atuação direcionadas a planejar e intervir através de diversas atividades, o que favorece a mobilização e participação da comunidade nas ações, incluindo elaboração de metas, o acompanhamento das etapas em execução, como também orientar e capacitar pessoas. E o mais importante é que fortalece o processo de democratização propiciando o resgate da cidadania. Tudo isto é feito através do uso dos meios disponíveis criando maneiras práticas de sensibilizar.

No item a seguir se realizará uma breve discussão sobre o que são organizações não governamentais, sua origem, seus fundamentos e qual a sua importância para a sociedade e o desenvolvimento local.

4.3 O que são Organizações Não Governamentais – ONGs

O termo organizações não governamental – ONG abrange organismos de diferentes

segmentos que apresentam objetivos bem definidos, até porque estes atuam em diferentes campos da sociedade e aplicam técnicas variadas em suas ações práticas. Sobre este assunto, GONH (2005, p. 95) ressalta em seus escritos que “os projetos políticos dessas entidades não são claros; usualmente elas se apresentam como apolíticas”.

O termo ONGs teve seus primeiros registros de pronunciamento nos anos quarenta e foram vinculados a documentos elaborados pela Organização das Nações Unidas – ONU. Nesta época, o assunto foi utilizado para definir diferentes organizações internacionais responsáveis pela execução de projetos humanitários públicos.

Landin (1998) destaca que estas organizações eram conhecidas pela sua importância ao ponto de terem direito a uma cadeira formalizada no Conselho da ONU, porém estas não tinham representatividade política diante deste Conselho.

Acioli (2008) argumenta que o movimento se fortalece e intensifica-se nos anos sessenta através dos programas de cooperação internacional que somavam esforços para realizarem programas destinados a ajudar países subdesenvolvidos. Este movimento, segundo Karol (2000), fez surgir “vários tipos de associações que em muitos se diferenciavam das organizações governamentais”. Esta afirmação pode ser avaliada e percebida dentro dos propósitos estabelecidos em sua criação que considera como fundamentais às duas tendências que constituíram na época a formação das ONGs. O que chama a atenção de muitos teóricos é que estas tendências são caracterizadas originalmente por serem opostas entre si, até porque, uma é formada por uma matriz fundamentada no pensamento de esquerda, enquanto a outra emerge como consequência da política neoliberal do “Estado Mínimo” (ACIOLI, 2008).

A primeira corrente levanta a bandeira de atuar na luta em prol dos grupos étnicos, de gênero. Para estes grupos, o movimento trouxe uma nova perspectiva quando propôs a criação de novos caminhos para a participação política. Os diálogos incorporados por estas organizações eram extremamente críticos, sobretudo no que tange à postura das organizações tradicionais da esquerda dos anos sessenta – estas eram denominadas social-democratas e comunistas. Historicamente tais organizações não governamentais foram uma das primeiras a defenderem causas que envolviam assuntos ligados à ecologia, todavia existiam assuntos considerados comuns em sua pauta, conforme cita Bianchi (2002), e que se referiam à defesa da “expansão dos direitos fundamentais como saúde e educação [...]”, continua a expor o autor quando descreve exemplos práticos desta fase, e afirma em suas considerações que estas causas foram o marco do pensamento adotado por esta primeira corrente:

As mobilizações nos Estados Unidos, contra a Guerra do Vietnã e as lutas pela ampliação dos direitos de negros e mulheres, as manifestações estudantis de 1968 na

Europa Ocidental e ainda as lutas contra os regimes políticos autoritários na América Latina e no Leste Europeu (BIANCHI, 2002).

Bianchi (2002) apresenta claramente como foi o movimento nos anos em que se fortaleceu o movimento social. Também aborda sobre a evolução técnica desenvolvida neste período, que logo foi absorvida e colocada em prática pelas ONGs que se tornaram seguidoras da corrente de pensamento ligada ao princípio neoliberal.

Esta corrente defendia a atuação das ONGs em diferentes áreas da sociedade ampliando sua atuação, anteriormente destinada a causas assistencialistas, que foi por muito tempo aplicada em países subdesenvolvidos. Esta reformulação no perfil de atuação das ONGs se amplia de tal forma que estas passam a desempenhar atividades inclusive em áreas de responsabilidade exclusiva do governo.

Este período é complexo principalmente no que se refere a acontecimentos mundiais, tais como a queda do muro de Berlin que expressava simbolicamente o enfraquecimento do comunismo enquanto regime político no leste europeu, e a ascensão econômica dos países da orla do pacífico (Singapura, Coréia do Sul e outros) que ficaram conhecidos na época como “trigres asiáticos”.

Esta fase da história contemporânea é marcada por intensas transformações relacionadas à economia mundial. Fatores como o desemprego revelam a dimensão da problemática social principalmente quando eram apresentados os indicadores referentes a crescente taxa de desemprego mundial.

Atenta a esta nova realidade, a corrente mais social volta-se para as demandas sociais se mobilizando através de organizações populares que defendem os mesmos interesses, passando assim a cooperar entre si. Isto ocorre através dos movimentos de reivindicações relacionados principalmente com as questões sociais.

Estes fatos fazem parte de um novo contexto onde se insere as ONGs, que passam a alterar os procedimentos internos refletindo na composição do perfil organizacional. Estas mudanças estruturais terminam interferindo positivamente em seu desempenho e, como consequência, as ONGs passam a atuar como mediadoras dos processos.

A respeito deste fato Acioli (2008, p. 10-11) comenta que:

Na maior parte das vezes, estas organizações se propõem a resolver elas mesmas as demandas sociais, buscando auxílio na iniciativa privada e até mesmo no Estado. Resultado disso é a evidente desmobilização da população, tendo em vista que suas questões são muitas vezes atendidas, mesmo que de forma precária e fragmentada. E por fim, o Estado muitas vezes deixa de ser alvo de cobrança e reivindicações populares.

É notório que as duas correntes, mesmo opostas entre si, contribuíam para a evolução

deste segmento organizacional dando origem às associações ativamente participativas na política internacional, instaurando ciclos de novas organizações populares praticantes de políticas sociais totalmente reestruturadas, efetivadas através da criação dos espaços de participação social inovadores e solidários. Estes fatos produziram soluções capazes de alterar o contexto social e político, como também possibilitou o despertar de um processo inclusivo, levando-as a descobrir o seu poder de atuação em diferentes setores da sociedade moderna.

Para Bianchi (2002) e Acioli (2008), a importância do processo se deve a criação de novos espaços sociais, reinventando, assim, a solidariedade e produzindo formas originais de organização social e política.

No Brasil, estes movimentos sociais tiveram início no final dos anos sessenta e se prolongaram nos anos setenta. O apoio destas organizações era direcionado aos países do sul e tinha um foco político uma vez que constituía uma forte militância empenhada em consolidar a democracia (KAROL, 2000; LANDIM, 1998).

O aparecimento destas organizações está relacionado com as ações de cooperações internacionais formadas por igrejas católicas e protestantes, organizações de solidariedade e principalmente de entidades pesquisadoras, comprometidas com a causa de expandir projetos de assistência aos movimentos populares.

Pode-se dizer que a atuação da igreja católica foi fundamental neste processo e se deu através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que eram alicerçadas nos princípios da Teologia da Libertação, que segundo Scherer-Warren (1993, p. 38), com estes princípios:

[...] a velha aliança entre a igreja Católica, o Estado e as classes dominantes da América Latina foi desafiada, se não pela Igreja enquanto instituição, por um número crescente de padres, freiras e leigos, através de suas práticas pastorais. [...] a Teologia da Libertação recomenda que o trabalho pastoral deveria ser endereçado preferencialmente às pessoas oprimidas da América Latina (os pobres, as mulheres, as crianças e jovens, os negros e os índios), e organizado como meio de conscientização e luta.

Os anos noventa no Brasil foram marcados pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 – que reuniu organizações de todo o mundo, tanto governamentais como as ONGs. Este evento muda por completo a lógica existente dos anos setenta onde tais instituições se denominavam ‘cidadãs’, transformando a forma de atuação destas que passam a dar prioridade a trabalhos realizados em parcerias com o Estado, e com as empresas privadas que concedem patrocínios.

A conferência passa a ser uma referência a ser seguida por todos, dando ênfase a novas palavras de ordem, proclamadas após a ‘ECO-92’ que são ecologia, democratização, diversidade cultural, gênero, cidadania e renda através de programas de responsabilidade

social.

Diante de tantas transformações, as ONGs buscaram se adaptar às novas regras alterando novamente a sua forma de atuar, flexibilizando ainda mais as atividades, incorporando-se as condições exigidas, e as mobilizações do passado tornam-se, segundo Acioli (2008) e Gohn (2006), “sinônimo de arremessar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientela usuárias dos serviços sociais.”

Neste período surgiram várias organizações se denominadas ONGs, o que desperta a necessidade de classificá-las. Porém, o que dificultou o registro e a classificação das mesmas foram os crescentes números de organizações se denominando com tal, e a falta de critérios por parte de órgãos competentes. Quem mais se aproximou de um relato classificatório foi Zarpelon (2003) por ter analisado pensamentos de diferentes autores que estabeleceram diferentes meios para realizar a classificação destas organizações. O que dificultou cientificamente estabelecer um único critério; porém, encontra-se nos escritos científicos uma classificação realizada considerando a origem das ONGs, o que a delimita em quatro grupos, conforme expõe Acioli (2008):

(a) primeiro grupo derivado dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 [...]; (b) o segundo grupo contém ONGs mais recentes e que mantém relações mais diretas com entidades filantrópicas – ou eram entidades assistenciais que se autodenominam ONGs ou são ONGs que nascem especificamente no campo da filantropia; (c) O terceiro grupo estariam as organizações que se confundem com o movimento social que integram, são entidades ligadas ao movimento ambientalista, de apoio e defesa de populações indígenas ou de portadores do vírus HIV, [...]; (d) o quarto grupo está relacionado diretamente com o que se convencionou chamar terceiro setor. [...] são entidades e fundações criadas por empresas ou por empresários (ZARPELON, 2003).

Mas esta não é a única composição apresentada sobre as ONGs, muitas foram as tentativas para classificá-las, porém este impasse foi resolvido em 1991 com a criação da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais. Com a criação desta associação foi possível estabelecer regras classificatórias apropriando-se do estatuto que apresenta os principais objetivos que identificam o que é uma organização não governamental.

Segundo esse estatuto, os objetivos das ONGs devem ser: 1 – promover o intercâmbio entre entidades que busquem para o indivíduo a ampliação do campo da cidadania, a expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa; 2 – consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares; 3 – defender os interesses comuns de suas associadas, estimulando diferentes formas de

intercâmbio, interação e solidariedade, inclusive financeira; 4 – combater todas as formas de discriminação racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais; 5 – ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento; 6 – promover cursos, seminários, encontros, foros de debates e grupos de trabalho, para o aprofundamento de temas relevantes da realidade nacional e internacional.

Mesmo estabelecendo-se todos estes critérios, ainda existem questionamentos, em especial sobre o volume de recursos disponibilizados para seus projetos e principalmente sobre a sua origem.

Mas não só existem críticas, há também quem defenda esta prática por causa da forma como realizam seus projetos. Estas organizações terminam por atuarem em várias escalas espaciais.

Para Acioli (2008), “ao mesmo tempo em que atuam em uma área específica, numa escala local, fazem mediações com escalas nacionais e internacionais através de cooperações e financiamentos.”. Segundo Karol (2000, p. 35), “as organizações estabelecem deste modo, uma rede de relações com outras organizações e agências financeiras que perpassam por vários níveis da configuração sócio-espacial”.

De maneira pontual relatou-se a história das ONGs, conforme descrito neste item. A seguir, apresenta-se como foram definidos os parâmetros que conduziram a construção do modelo utilizado na pesquisa.

5 CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE: FASES DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO E DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS OBSERVÁVEIS

Antes de se partir para o levantamento dos dados, e com o propósito de permitir uma avaliação de todo o processo de desenvolvimento local levado a cabo na Comunidade de Varjada, torna-se necessário definir o modelo de análise e suas variáveis, o que será procedido com base na conceituação teórica do que venha a ser desenvolvimento local e ações de sustentabilidade. Esse modelo, uma vez construído, permitirá analisar e interpretar se a intervenção ocorrida seguiu os passos metodológicos para o estabelecimento de um desenvolvimento consistente para a comunidade, bem como que tipo de resultados a intervenção foi capaz de aportar a seus integrantes, sendo esse o objetivo central da pesquisa que se entendeu empreender.

O modelo de análise tem como objetivo, além de caracterizar cada etapa da intervenção à luz do referencial teórico desenvolvido, identificar as variáveis que devem ser observadas em campo.

Esta parte da pesquisa foi estruturada tendo como base dois modelos conceituais: o modelo de passos lógicos, proposto pelo teórico francês Pecqueur, B. (1997), e o de Gallicchio (2004) que versa sobre as variáveis a serem observadas para a avaliação da intervenção, conforme se passa a expor.

Em primeiro lugar será enfatizado o modelo proposto por Pecqueur, que traz uma proposta de como guiar os atores na aplicação de um método capaz de animar um processo de desenvolvimento local. Através desta proposta, a pesquisa é constituída para analisar se há semelhança entre a prática utilizada no planejamento da ONG Habitat, com os caminhos metodológicos proposto por Pecqueur (1997), conforme relacionados a seguir:

Ele prognostica em seu modelo a existência de cinco fases as quais devem ser seguidas para conduzir com êxito um projeto de desenvolvimento territorial, a saber:

- I – A externalização da parte dos atores por uma demanda de intervenção;
- II – elaboração do diagnóstico estratégico;
- III – definição ou elaboração do projeto de desenvolvimento local;
- IV – implantação do projeto geral de desenvolvimento local;
- V – avaliação final dos resultados.

Segundo ele, é fundamental conduzir o processo de forma sistemática e democraticamente, priorizando o envolvimento dos atores em todas as etapas.

Para uma melhor compreensão do modelo, tentar-se-á detalhá-lo de forma a favorecer o entendimento de suas fases.

Na etapa inicial, ocorre a intenção de se realizar ações, mas para concretizá-las é necessária a elaboração de um planejamento.

Antes, porém, é necessário verificar se de uma forma espontânea ou mesmo induzida existe, por parte da comunidade, uma vontade expressa para a realização desse tipo de ação. O projeto somente se legitima após a constatação dessa vontade expressa: é a emergência da intenção de agir.

Completada essa fase preliminar, a etapa seguinte consiste em proceder-se ao levantamento das potencialidades do local onde ocorrerão as intervenções, mantendo o cuidado de se observar a existência de recursos naturais passíveis de serem utilizados no futuro de forma duradoura. Nesta fase, é necessário descobrir qual o propósito dos atores através de evidências que apresentem e reforcem a demanda existente no local. Isso, para que se possa, juntamente com os atores, verificar todos os pontos passíveis de ajuste e assim adequar o projeto ao pleito da localidade. Importante especular neste momento se haverá apoio do poder público local e demais entidades privadas, não governamentais e da própria comunidade.

O período transitório da fase I para a fase II é organizado através de planejamento de todo o procedimento a ser aplicado, para só então se começar a agir. Segundo Pecqueur (1997, p. 53-74), “deve-se concluir a segunda fase do processo com a [...]” estruturação e “apropriação por parte dos atores locais dos dados levantados no diagnóstico”. Complementando esta ideia, os autores Silva, A. M. N.; Moraes Filho, R.; Albuquerque, L. (2009); advogam que esta estruturação “[...] deve se dar em sucessivas reuniões e encontros e que deve culminar com a aceitação do escopo do projeto pelo grupo envolvido e forças do poder público local.”

Na sequência, a fase III, segundo Pecqueur (1997), traz como indicação a “Elaboração do Projeto de Desenvolvimento”, baseando-se no diagnóstico estratégico anteriormente elaborado. Nesta fase, todos os atores devem ser mobilizados e compartilhar efetivamente, passo a passo, traçando a trajetória que deve acompanhar o cumprimento dos itens a seguir relacionados, conforme descrevem os autores Silva, A. M. N.; Moraes Filho, R.; Albuquerque, J. L. (2009), a saber: a) buscar-se promover o consenso dos atores em torno dos eixos de trabalho definidos, o que deve ser conseguido mediante três movimentos: a1) intentar a colaboração entre os atores locais assegurando a coordenação política e técnica do processo; a2) constituir os grupos de trabalho; a3) mobilizar os diferentes atores em torno da elaboração

propriamente dita do projeto de desenvolvimento territorial; b) estudar a facilidade de cada orientação estratégica concebida ou visualizada, definida pelo grupo. Deve-se empreender nessa subfase: b1) verificação da coerência de cada ação em relação aos eixos estratégicos identificados, b2) a análise consubstanciada do caráter prático e operacional de cada ação, e b3) a elaboração de um elenco de ações necessárias à concretização das orientações; c) elaboração do plano. Para garantir o sucesso da ação coletiva as seguintes subfases devem ser observadas: c1) definição de um quadro de metas cronológicas a serem alcançadas por subprojeto ou ação; c2) elaboração de um documento síntese; c3) a difusão do projeto global de desenvolvimento territorial às diferentes partes envolvidas.

A fase IV de implantação efetiva do projeto ou da intervenção estabelece parâmetros para se descrever o quanto foi ou está sendo realizado na prática, avaliando continuamente o quanto já se andou em relação a: 1) mobilização dos meios necessários a realização de cada ação, ou seja, a maneira como está se dando a ativação dos recursos humanos, técnicos e financeiros do projeto; 2) a elaboração das bases de informações necessárias; e, 3) a condução ou gerenciamento do projeto pela coordenação geral.

E por fim, descreve-se a fase V de avaliação geral do projeto que faz um balanço de todas as ações elaboradas na intervenção e busca compreender o alcance do projeto de desenvolvimento territorial empreendido. Os critérios devem ser centrados na obtenção de informações que embasem o processo de avaliação de uma forma global, contendo em si todas as fases executadas em toda extensão do projeto.

Esse modelo de intervenção proposto por Pequeur será cotejado com os passos seguidos pela ONG Habitat no afã de se avaliar a qualidade do projeto de mobilização aplicado em Varjada – se o trabalho contemplou os requisitos considerados essenciais para uma boa intervenção.

Na fase dois será aplicado o modelo teórico recomendado por Gallicchio (2004) que considera quatro variáveis (econômica, sociocultural, política e ambiental) que devem ser observadas durante e após a intervenção.

Segundo o autor, estas variáveis possibilitam identificar características das evidências de desenvolvimento local, o que viabilizará diagnosticar se estão ou não ocorrendo transformações locais que sinalizam o início de um processo de desenvolvimento local na comunidade.

Para isto foi elaborado um questionário contendo uma abordagem baseada no modelo proposto por Gallicchio (2004) sendo construído da seguinte forma:

(1) Dimensão econômica – as perguntas tiveram como fundamento a inclusão de

variáveis de sorte a permitir avaliar as condições econômicas locais, portanto, observar a ocorrência pós-intervenção de fatores ligados à noção de criação de oportunidades, acumulação e repartição de riquezas;

(2) variáveis socioculturais – tratam de levantar evidências sobre padrões determinantes como: a qualidade de vida, igualdade, integração e inclusão social que tenham acontecido na vida das pessoas de Varjada, decorrentes do processo de intervenção. Escolheu-se, como marco observatório de análise, a fase de mobilização dos moradores, ou seja, no exato instante em que se iniciou a construção das casas e demais ações. Este momento é importante porque houve a participação ativa da comunidade (mão na massa); o pesquisador busca resgatar entre eles lembranças marcantes desta experiência, como também verificar se houve alterações significativas em suas vidas no âmbito individual e coletivo. Isto só foi possível através do instrumento de pesquisa que foi construído para apontar e/ou captar alterações ocorridas nesta fase, através das respostas coletadas no campo e assim evidenciar a existência de acontecimentos que evidenciam as variáveis socioculturais acima citadas.

(3) dimensão ambiental – esta variável foi incorporada ao questionário com o objetivo de observar se existe por parte da comunidade a preocupação com a qualidade do meio ambiente, bem assim se há o conhecimento da importância e da necessidade de preservar os recursos naturais.

(4) dimensão política – busca diagnosticar a participação e a disponibilidade dos ativadores/atores (governo local e demais) em disponibilizar subsídios para a governabilidade do território e/ou de alcance específico que possam ser aplicados no futuro, adaptando-se a realidade específica da comunidade em questão.

6 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta fase, são apresentados e se discutidos os resultados das análises de dados obtidos nas entrevistas de campo realizadas com as vinte e uma famílias beneficiadas na primeira etapa do projeto implementado pela ONG Habitat, bem como nos demais agentes de desenvolvimento diretamente envolvidos na ação.

Antes, porém, passa-se a estabelecer o perfil da população pesquisada o qual propiciará elementos para uma avaliação das potencialidades e capacidades em empreender mudanças por parte da comunidade.

Para auxiliar o processo de mensuração dos resultados obtidos no APÊNDICE B, utilizou-se da ferramenta 'planilha eletrônica' denominada Microsoft Office Excel 2007, com a função de organizar os dados de forma a apresentá-los em tabelas.

6.1 Características da população pesquisada

A análise aborda uma série de informações baseadas em dados pessoais, entre eles a distribuição do gênero entre os grupos definidos para a realização da pesquisa de campo, conforme demonstra a tabela 1.

Sexo	Grupo 01 (Dona Tatá)	Grupo 02 (Igreja)	Grupo 03 (Serra do Quixó)	Grupo 04 (Da Paz)	Grupo 05 (Início de Varjada de Baixo)	Frequência
Masculino	3	1	1	1	0	6
Feminino	3	7	0	3	2	15
Total	6	8	1	4	2	21

Tabela n. 01 - Dados pessoais 'distribuição do gênero por grupo'. Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

De acordo com a tabela n. 01, observa-se que das vinte e uma pessoas entrevistadas, quinze são mulheres e seis homens, de modo que esta é uma característica muito marcante na região. As mulheres são extremamente atuantes na comunidade, participam de oficinas, são agentes multiplicadoras de informações, buscam através de entidades orientações para

melhorias coletivas, além de atuarem na “roça”, dar assistência a família e também bordarem. A maioria das famílias da região é chefiada por mulheres e são elas as responsáveis pela renda extra através de habilidades como bordar, costurar, cozinhar para fora, trabalhar na colheita.

Na tabela n. 02 se faz uma análise quanto ao gênero e estado civil dos entrevistados, conforme exposto a seguir.

Sexo	Solteiro	Casado	Divorciado	Outros		Frequência
				Viúva	União estável	
Masculino	0	3	0	1	2	6
Feminino	4	7	0	2	2	15
Total	4	10	0	3	4	21

Tabela n. 02 - Dados pessoais 'gênero, estado civil'.

Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

Entre os entrevistados não existem solteiros, fato comum em lugarejos e pequenas comunidades. Normalmente os homens iniciam uma relação afetiva muito cedo, fato alegado por eles em conversa informal. Acrescentam, ainda, que esta é uma prática comum na comunidade, pois este fato é um elemento importante para cada um deles, uma vez que dá sentido à vida, acaba com a solidão e estimula o desejo de ter algo que proteja a família.

Na análise referente ao gênero feminino identificou-se que existem quatro mulheres solteiras; duas são viúvas, uma das quais é extremamente atuante nas ações que envolvem o projeto das mulheres bordadeiras.

O que chama atenção entre os entrevistados é que não houve o relato de pessoas divorciadas. Das vinte e uma pessoas entrevistadas, dez são casadas e quatro têm uniões estáveis, o que reforça novamente a prática da união afetiva. Doze das entrevistadas falaram que o divórcio não é aceito entre as mulheres mais velhas; complementam dizendo “todas nós somos parentas de alguma maneira, porque descendemos de três famílias que originaram a comunidade”.

Todas as quinze mulheres entrevistadas afirmaram que a maioria dos jovens se casa com idade entre doze a treze anos (DEPOIMENTO, 2010).

A seguir, verifica-se a distribuição do projeto conforme informações coletadas na entrevista e apresentada na tabela n. 03, que se refere aos dados pessoais ‘gênero e faixa etária’.

Sexo	Até 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	Acima de 50 anos	Frequência
Masculino	0	1	1	0	4	6
Feminino	0	0	6	5	4	15
Total	0	1	7	5	8	21

Tabela n. 03 - Dados pessoais 'gênero e faixa etária'. Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

Observa-se na tabela n. 03 que a opção ‘até 20 anos’ não foi assinalada por nenhum dos vinte e um entrevistados, ficando descartada a hipótese desse fato ter sido motivado por causa de exigências legais referente à idade nesta faixa, advinda do texto da Resolução 460/518 (2010). Com efeito, essa norma específica não apresenta nenhum critério impeditivo a participação de pessoas mais novas, no entanto há um item chamado “Beneficiado Final”, que diz: “Ele tem que ser maior de 18 anos ou emancipado e menor que 80 anos”.

Esse fato, o de não ser comum a participação de pessoal mais jovem no projeto na faixa etária de até 20 anos, provavelmente está relacionado à cultura da região que rege a relação entre os pais e os filhos que se casam. “Estes filhos continuam morando na casa dos pais mesmo após o casamento, ou constroem uma pequena moradia no quintal da casa principal.” (DEPOIMENTO, 2010).

Dando continuidade ao cruzamento de dados, na tabela n. 04 se analisará a variável gênero x grau de escolaridade.

Sexo	Primário incompleto (1ª a 7ª série)	Primário completo (1ª a 8ª série)	Médio incompleto (1ª e 2ª série)	Médio completo (1ª e 3ª série)	Superior incompleto	Superior completo	Frequência
Masculino	4	0	1	1	0	0	6
Feminino	12	0	0	3	0	0	15
Total	16	0	1	4	0	0	21

Tabela n. 04 - Dados pessoais 'gênero e grau de escolaridade'. Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

Dos vinte e um entrevistados, dezesseis declararam ter cursado o primário incompleto (1ª a 7ª série), o que é significativamente representativo em relação às demais opções de respostas. Este resultado foi distribuído da seguinte forma: quatro para o sexo masculino e doze para o sexo feminino.

A próxima variável analisada teve o total de quatro respostas e corresponde ao ensino médio completo (1ª a 3ª série); três delas referem-se ao sexo feminino e uma ao sexo masculino. Uma pessoa do sexo masculino declarou ter cursado o ensino médio incompleto. Sete das mulheres entrevistadas comentaram: “logo cedo começamos a trabalhar no plantio para ajudar em casa, o que dificulta a ida à escola; outro motivo é a distância e o gasto com passagem, além do perigo de acidente durante o trajeto.” Ao indagá-las sobre o transporte escolar fornecido pela prefeitura, quatro responderam que na época em que eles eram jovens estudantes não havia condução gratuita, um falou que a condução escolar ajuda muito, porém os riscos continuam por causa do estado precário do veículo. As duas últimas mulheres são diretas ao comentarem que preferem pagar a ver seus filhos serem conduzidos à escola por um veículo “caindo os pedaços” (DEPOIMENTO, 2010).

Dezessete dos consultados foram unânimes em afirmar que seus filhos, netos e sobrinhos têm que estudar para ter um futuro melhor. Esta declaração deixa clara na concepção da comunidade a importância atribuída ao estudo para a vida. Porque estudar permite adquirir conhecimento técnico, o que poderá trazer melhorias financeiras.

A seguir, se realizará o cruzamento da variável idade, gênero e grau de escolaridade, conforme apresentado na tabela n. 05.

Total de entrevistado do sexo masculino (6)	Primário incompleto (1ª a 7ª série)	Primário completo (1ª a 8ª série)	Médio incompleto (1ª e 2ª série)	Médio completo (1ª e 3ª série)	Superior incompleto	Superior completo	Frequência
Até 20 anos	0	0	0	0	0	0	0
21 a 30 anos	0	0	1	0	0	0	1
31 a 40 anos	1	0	0	1	0	0	2
41 a 50 anos	0	0	0	0	0	0	0
Acima de 50 anos	3	0	0	0	0	0	3
Total	4	0	1	1	0	0	6

Tabela n. 05 - Dados pessoais 'sexo masculino; grau de escolaridade e idade'. Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

Verifica-se na tabela n. 05 – correspondente a dados pessoais ‘sexo masculino; grau de escolaridade e idade’ – que metade dos homens entrevistados afirma não ter concluído o primário, o que indica que a variação da idade ao longo dos anos não mudou esta condição referente ao ensino básico. Os programas de política educacional e outras ações não foram eficazes, informação esta que deve ser cuidadosamente observada, até porque a falta de

educação básica prejudica no crescimento individual e coletivo. No caso da comunidade, este foi um fator inibidor e muitos foram os relatos dos entrevistados nesse sentido.

Em depoimentos nas entrevistas “os indivíduos narram que a falta de estudo prejudicou no início os encontros de mobilização realizados na igreja”, porque muitas das vezes apareceram dúvidas, ou até mesmo, por não entenderem uma colocação, preferiam ficar calados por ter vergonha de falar e dizer que não estavam entendendo. Normalmente tiravam as dúvidas com um vizinho ou um parente que tivesse participado das reuniões e que fosse, em sua concepção, mais ‘desenrolado’ (DEPOIMENTO, 2010).

Conforme se observa na tabela n. 06, que trata das variáveis gênero, faixa etária e grau de escolaridade, a incidência de pessoas que têm o primário incompleto chega a doze no gênero feminino, e quatro no masculino, o que totaliza dezesseis entrevistados, valor que pode ser considerado representativo em um universo de vinte e uma pessoas consultadas.

Total de entrevistado do sexo feminino (15), e masculino (6)	Primário incompleto (1ª a 7ª série)		Primário completo (1ª a 8ª série)		Médio incompleto (1ª a 2ª série)		Médio completo (1ª a 3ª série)		Total dos valores horizontal
	Frequência (Gênero Masculino)	Frequência (Gênero Feminino)	Frequência (Gênero Masculino)	Frequência (Gênero Feminino)	Frequência (Gênero Masculino)	Frequência (Gênero Feminino)	Frequência (Gênero Masculino)	Frequência (Gênero Feminino)	
Até 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21 a 30 anos	0	0	0	0	1	0	0	0	1
31 a 40 anos	1	3	0	0	0	0	1	2	7
41 a 50 anos	0	4	0	0	0	0	0	1	5
Acima de 50 anos	3	5	0	0	0	0	0	0	8
Total dos valores das colunas	4	12	0	0	1	0	1	3	21

Tabela n. 06 - Variáveis: gênero, faixa etária e grau de escolaridade. Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

A tabela n. 06 evidencia a veracidade de que as pessoas mais velhas da comunidade passaram menor tempo na escola.

Segundo Buarque e Bezerra (1994), só ocorre a evolução do potencial local se existir competências essenciais; comenta, ainda, que estas são estimuladas através de múltiplas ações que são aplicadas continuamente por meio de cursos e capacitações. Portanto, a variável ensino é fundamental uma vez que interfere no processo cognitivo auxiliando o homem a agir e conduzir suas ações de forma elaborada. Também permite o aprimoramento da capacidade

técnica individual e coletiva, além de agregar qualidade ao processo produtivo local, potencializando, assim, a competitividade na relação comercial local, regional e global.

A tabela n. 07 aborda as variáveis: gênero e atividade de trabalho, o panorama geral apresentado que se destaca é o fato de a opção ‘produção de artesanato’ ter sido assinalada apenas uma vez pelo sexo feminino, já que o maior número de entrevistados foi do sexo feminino.

Sexo	Comércio Local	Produção de Artesanato	Pecuária	Agricultura	Extrativismo Vegetal	Extrativismo Silvicultura	Total	Frequência
Masculino	0	1	3	4	1	0	9	6
Feminino	1	1	1	15	0	0	18	15
Total	1	2	4	19	1	0	27	21

Tabela n. 07 - Variáveis gênero e atividade de trabalho.

Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

Esta informação não confere com a pesquisa exploratória (*in loco*) que revelou nos primeiros contatos uma intensa participação das mulheres nas ações de mobilização visando criar uma marca comercial para o bordado local. Nos primeiros contatos ficou nítido o entusiasmo das participantes, apontando a existência de um movimento de valorização do bordado artesanal.

Existe na comunidade um projeto desenvolvido pelo SEBRAE/Caruaru que visa gerar renda através do bordado. “Para isto, foram ministrados mini-cursos que abrangeram temas sobre: capacitação; criação e geração de rendas; como criar uma cooperativa; como expor o produto no ‘stand’ e vitrine; como produzir roupas para alta costura; além de introduzi-las no circuito de eventos (Bienal; feira de artesanato etc)” (DEPOIMENTO, 2010).

Entretanto, em vários momentos, treze das mulheres consultadas, se comportaram indiferentes ao tema SEBRAE e verbalizaram apenas a seguinte frase: “Não dá! Não vai dar certo!” (DEPOIMENTO, 2010). Diante deste fato tentou-se, em vários momentos, esclarecer porque “não daria certo”, e não se obteve nenhuma informação consistente. Primeiro que as treze pessoas evitam dizer nomes, isto porque existe uma ligação entre elas, cujo motivo é único e refere-se ao grau de parentesco que envolve a todos ali nascidos, o que a princípio justificaria a semelhança no comportamento das treze entrevistadas.

Hoje, a meta estabelecida pelo SEBRAE/Caruaru envolve a criação da primeira cooperativa de bordado com a participação das mulheres de Varjada. Diante de um trabalho

tão intenso por parte desta instituição, o resultado indicado na variável atividade de trabalho – produção artesanal – não apresenta um resultado significativo em relação ao total de pessoas pesquisadas (quinze mulheres).

A situação indicada na análise aponta para a possibilidade de estar havendo uma não conformidade do projeto, que pode estar relacionada à maneira com que estão sendo conduzidas as ações práticas por esta instituição. Com um agravante: é visível a indiferença das treze mulheres ao assunto, e nesta fase da pesquisa não se conseguiu identificar se a rejeição decorre do fato de ser baixo o nível de escolaridade, ou se é derivado da atuação dos agentes multiplicadores do SEBRAE. De modo geral, o que é claro e evidente é que não há uma assimilação por parte dessas mulheres no que diz respeito ao projeto do SEBRAE. Portanto, este elemento sinaliza para a explicação do fato sobre a ocorrência da baixa frequência de escolha da opção ‘produção artesanal’.

A pesquisa aponta para o fato de que o trabalho ligado à agricultura é muito relevante no meio da comunidade. Segundo declarações obtidas durante as entrevistas, a agricultura praticada pelas dezenove pessoas consultadas, conforme indica a tabela n. 07, tem como principal objetivo a obtenção de alimentos “destinados ao consumo próprio, porém todo excedente produzido é disponibilizado para ser comercializado na feira livre, como meio de obter retorno financeiro rápido.” (DEPOIMENTOS, 2010).

A tabela n. 08 trata da informação na localidade sobre tempo de serviço cuja distribuição apresenta-se como segue:

Tempo de trabalho	Menos de 1 ano de trabalho	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	5 a 10 anos	acima de 10 anos	total
Total	0	1	1	0	2	17	21

Tabela n. 08 – Variável tempo de trabalho. Fonte: pesquisa de campo (2010)

Elaborada pela autora

Os valores apresentados na tabela n. 08 apontam que 17 (dezessete) entrevistados afirmam trabalhar há mais de 10 anos na localidade; dois assinalaram a faixa de 1 a 3 anos de trabalho. Para a opção de escolha compreendida no período de 5 a 10 anos de tempo de trabalho, dois dos entrevistados assinalaram.

Portanto, do total de 21 (vinte e um) pesquisados, 17 (dezesete) acusam estarem trabalhando há mais de dez anos. Se compararmos o intervalo de idade dos entrevistados, conforme apresentado na tabela n. 03, verificaremos que este totaliza 21 (vinte e um) acima de 50 anos.

Existe a possibilidade de ser verídico o fato de meninos e meninas da comunidade terem começado a trabalhar ainda muito jovens, principalmente se a comparação desta afirmação for analisada com os entrevistados de 21 anos; porém, os dados são insuficientes para afirmar que os demais tenham iniciado sua vida de trabalho entre 7 e 9 anos de idade. O trabalho na idade infantil impede que as crianças frequentem a escola.

6.2 Análise do processo de intervenção da ONG Habitat

Esse item, que trata do estudo da ação proposta pela ONG Habitat, visa analisar se os passos seguidos pela entidade fundamentaram-se em uma metodologia consistente de promoção de desenvolvimento local, conforme discutido no referencial teórico, e cujas etapas encontram-se sintetizadas no capítulo 4, referente à construção do modelo de análise.

Os dados neste item foram coletados por meio de documentos e relatórios pertencentes ao acervo interno da ONG, bem como por entrevista que teve como roteiro o APÊNDICE A, o qual foi aplicado entre os principais gestores.

6.2.1 Fase preliminar de identificação das necessidades e sensibilização da comunidade

O procedimento de intervenção começa com uma iniciativa da Igreja Metodista em construir sanitários nas moradias da comunidade. Na época, a região era desprovida de casa com este cômodo, sendo hábito natural entre os habitantes a utilização do campo.

Com o andamento da idéia, viu-se a necessidade de se ter uma entidade que intermediasse as atividades. A Organização Habitat para Humanidade Brasil foi contactada para intermediar o processo junto a população, dando início a fase que originou os primeiros eventos de mobilização dos membros da Comunidade de Varjada.

Através de reuniões de trabalho, a comunidade, de forma participativa, indicou que a maior necessidade da região era a moradia, não apenas a construção de sanitários. Diante desta evidência, o coordenador do projeto direciona as ações para uma solução satisfatória, o

que resultou na alteração do projeto original.

Diante das mudanças propostas, os gestores da ONG Habitat perceberam a necessidade de reunir a comunidade com o propósito de esclarecer alguns pontos fundamentais. O primeiro tratava do aspecto monetário, e o segundo ponto comentado falava da necessidade de se buscar parceiros que fossem especialistas, o que viabilizaria a execução do projeto.

A ONG Habitat esclareceu que a verba doada era suficiente para a construção dos sanitários, porém para a construção de casas seria necessário empregar uma quantia maior de dinheiro. E para esse fim, sem dúvida, seria preciso viabilizar a captação de recursos que pudessem beneficiar especificamente a Comunidade rural de Varjada.

Na concepção dos gestores era importante que a comunidade estivesse ciente de como se processaria a dinâmica a partir daquele instante, porquanto só após a compreensão por parte dos beneficiados é que a ONG poderia continuar com a intervenção.

Segundo os gestores da Habitat, a clareza nos processos é essencial para o resultado final. Diante desta colocação, a Habitat informa que o seu papel “é viabilizar o projeto proposto pela igreja, como também o de promover o desenvolvimento integral da comunidade” (HABITAT, 2010) através de soluções para os problemas locais.

Após este encontro, o questionamento da ‘Habitat’ girava em torno da seguinte questão: como fazer para obter verba para a construção das casas, além de ter que viabilizar soluções que atendessem as demandas latentes da comunidade?

É importante comentar que diante dos resultados apresentados na pesquisa de reconhecimento da comunidade, a Habitat percebeu a necessidade de ampliar o campo de atuação do projeto que habitualmente costumava realizar.

Como se pode perceber, este fato se consolidou através da vivência que o projeto proporcionou aos gestores brasileiros da organização.

Conforme relata o Diretor da ‘Habitat’ para a Humanidade Brasil em Recife/PE: os encontros preliminares serviram para possibilitar o entendimento de que “além da mera construção de casas que geram moradia adequada, no caso específico de Varjada havia a necessidade de alinhar metas da organização com a necessidade latente da comunidade” (HABITAT, 2010).

Então a Habitat, através de convênios de parcerias, selou a ampliação das ações visando apoiar o “desenvolvimento comunitário”. Para isto, a ONG alterou sua atuação inserindo no projeto parceiros/profissionais especializados na área de desenvolvimento local sustentável, reciclando, assim, métodos, e incorporando uma nova dinâmica na condução do

projeto original.

Durante as discussões, outro elemento é priorizado além da construção das casas: a geração de renda, fator primordial para que os atendidos pelo projeto pudessem, inclusive, arcar com o compromisso de pagar as prestações da casa.

Para viabilizar esta demanda, surge a parceria entre a Habitat Brasil com o Centro Pernambucano de Design e as mulheres da comunidade. Juntos, lançam-se para um novo desafio, qual seja, identificar as habilidades individuais, realçando o talento do grupo das mulheres da comunidade. As instituições parceiras verificaram que o talento evidente do local era o bordado. A Habitat e o Centro percebem que a comunidade pode, sim, desenvolver práticas consideradas mais elaboradas no ofício do bordado. Surge, daí, uma nova proposta que é colocada para a avaliação e aprovação do grupo. Na realidade era outro desafio. A nova proposta era a de participar do projeto ‘Talentos do Brasil’. Nasce, então, a Associação “Bordados que Brotam”, projeto este desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/Caruaru).

Paralelamente é discutida a implantação de ações sociais através da parceria Celpe e Habitat para Humanidade Brasil. O fruto desta parceria viria possibilitar as mulheres ampliar o horário de produção dos bordados no turno da noite, como também contribuir para criação de outros empreendimentos na região. Este fato contribuiu para o surgimento de empreendimentos que geram renda para toda a comunidade.

Posteriormente, a Habitat e a Caixa Econômica Federal, esta segunda com o papel de principal agente operador das políticas públicas, firmam entre si nova meta, cujo propósito era dar continuidade ao projeto original. Porém, desta vez, o foco seria direcionado a diversos projetos cujas ações seriam programadas de forma a acontecerem simultaneamente, atuando em diferentes pontos. O programa seria composto pelos projetos de alfabetização de Mulheres, tendo como agente facilitador a Confederação de Mulheres do Brasil; Geração de Renda, com recursos provenientes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esta fase foi composta pelo parceiro ONG Visão Mundial e a Caixa, Projeto “Talentos do Brasil” e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

6.2.2 Análise dos passos metodológicos aplicados (descrição dos objetivos e dos procedimentos adotados)

O material fornecido pela Habitat sob forma de projeto traz discriminados os objetivos que definem as diretrizes técnicas da intervenção permitindo, assim, o conhecimento do conteúdo da proposta bem como os passos metodológicos aplicados.

Observou-se que o documento original apresentou como objetivo central a promoção do empoderamento dos membros da comunidade com a criação de políticas participativas (congregar interesses mútuos de forma que os moradores sintam necessidade de atuarem ativamente nos processos e ações coletivas), tudo isso incentivando e apoiando as lideranças locais e também visando fortalecer as bases da cidadania através da geração de conselhos e associações locais que permitissem aos habitantes assumir o processo de tomada de decisão, tornando-os capazes de lidar com maior habilidade com variáveis consideradas importantes para fazer evoluir o desenvolvimento da comunidade de uma forma sustentável.

Outro aspecto observado foi a preocupação em efetivar condições para que o processo de melhorias do local tivesse continuidade, conforme proposto inicialmente pelo projeto. A pretensão era a de que essa continuidade fosse garantida não apenas com a realização das obras estruturais necessárias para a evolução do local, mas também e principalmente das pessoas, tornando-as agentes ativos e participativos no processo de tomada de decisões que, a partir do processo deflagrado, passaria a influenciar suas vidas.

Quanto aos objetivos específicos, o texto expõe que para concretizar a proposta apresentada originalmente no projeto, faz-se necessário

mobilizar, conscientizar e despertar a comunidade para a necessidade da organização e do desenvolvimento local; envolver a comunidade nas principais discussões e deliberações do projeto; organizar as famílias em torno do trabalho associativo e solidário (HABITAT, 2010).

A metodologia formulada teve como base dinamizar o processo construtivo, propiciando a expansão e envolvimento da ONG Habitat para Humanidade Brasil com a comunidade. O contexto metodológico expressa a importância da relação Habitat *versus* comunidade e mais as parcerias em nível de poder local, municipal, estadual e nacional. Também enfoca a necessidade da utilização de ferramentas que favoreçam a “participação dos beneficiários(as) em todos os eixos, fases e nas deliberações do projeto” (HABITAT, 2010).

O arranjo do projeto foi estruturado em sete eixos estratégicos, distintos entre si, mas ao mesmo tempo interconectados através das várias fases de implementação (HABITAT, 2010).

A metodologia elaborada pela Habitat (2010) incorpora ferramentas “baseada nos pressupostos da educação popular com a estratégia da formação na ação”, agregando técnicas de trabalho baseadas em oficinas, seminários, cursos e dinâmicas que estimulam de forma favorável a integração da comunidade, como também incentivando a participação dos mesmos na criação das estratégias capazes de atuar nas dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas propiciando o próprio desenvolvimento.

Para tornar viável a realização das etapas definidas no processo de elaboração das estratégias, foram planejadas e elaboradas diretrizes contendo um total de sete eixos. A condução do processo foi realizada através da conexão dos eixos abaixo citados atuando de forma integrada e, em outros momentos, de maneira individualizada, dando aos gestores mobilidade e flexibilidade que auxiliaram amplamente em todo o processo de intervenção.

6.2.2.1 Descrição dos eixos de desenvolvimento e estruturação do projeto

O delineamento do Projeto de Varjada/PE apresentou o processo utilizado para o desenvolvimento das sucessivas etapas e a conexão entre os eixos, conforme apresentado a seguir.

O primeiro eixo (conhecendo a comunidade), composto de três fases, retrata o esforço dispendido para o “mapeamento” da comunidade com a finalidade de se conhecer suas atividades, contendo em si: Fase ‘A’: conhecimento da área e público alvo; Fase ‘B’ processo de articulação e estabelecimento de parcerias, e Na fase ‘C’, processo de sensibilização e mobilização comunitária.

A aplicação da fase de sensibilização da comunidade resultou numa nova modelagem totalmente modificada da proposta inicial do projeto, e o que proporcionou esta alteração foi a clareza da comunicação entre a ONG e os moradores de Varjada.

A princípio, o elemento acionador que motivou a comunidade a participar ativamente no processo de construção de um modelo que se adequasse às suas necessidades, segundo depoimentos dos gestores da Habitat, foi de imediato: a verificação das necessidades de habitação e abastecimento hídrico da comunidade resolvidas. Foi oportunizado aos moradores, também, pontuar outras demandas.

Este evento foi a chave acionadora que estimulou o envolvimento da comunidade. Nesse processo, a comunidade teria percebido a importância de ser ouvida. Acredita-se que este foi o fato que “motivou a participação efetiva” da comunidade “na solução dos

problemas”, diz o gestor da Habitat.

O processo de externalização da problemática local ocorreu, segundo depoimentos dos gestores que atuaram diretamente na comunidade, “através de encontros comunitários e oficinas temáticas”. A metodologia utilizada pela ONG Habitat continha a seguinte frase motivacional: “a comunidade que temos e a comunidade que queremos”, que propõe uma análise reflexiva entre os participantes sobre a realidade presente e o futuro a ser conquistado. E foi a partir daí que a comunidade se abriu para o diálogo, expondo a problemática local. E assim foi possível ajustar a proposta inicial aos eixos do projeto, até porque, segundo relata o gestor da Habitat:

A proposta de atuação da nossa organização era bem diferente da que a comunidade, de fato, precisava e apontava como importante. Então, resolvemos ouvir mais a comunidade, aprofundar tais necessidades e rever a nossa proposta de atuação para a comunidade. Sobre o diagnóstico, além de aplicarmos um questionário próprio da Habitat, nos valem também do questionário da Caixa Econômica Federal e também da ASA (este tinha o objetivo de saber das condições de abastecimento d’água e do acesso a ela) (DEPOIMENTOS, 2010).

Este momento foi enriquecedor, como se percebeu, pois foi através dele que a Habitat identificou qual era de fato a demanda real da comunidade e de qual modo poderia efetivar a “readequação do projeto às novas necessidades”.

“Imediatamente iniciou-se o processo de articulação de novos parceiros para apoiar essas novas necessidades” continua relatando o gestor do projeto:

foi preciso para esta nova fase viabilizar uma nova equipe técnica, com a inclusão de um técnico social/educador com experiência em desenvolvimento local. Neste momento ocorreu à readequação do PTTS (Plano de trabalho técnico social), incluindo aí, o Plano de Desenvolvimento Local - PDL.

Foi com base nesta argumentação que o primeiro eixo foi se adequando às necessidades reais da comunidade.

O segundo eixo visava o fortalecimento comunitário e a ação solidária. Nele, as atividades da fase ‘A’ têm como objetivo a organização e integração comunitária; A Fase ‘B’, por seu turno, incentiva e dá apoio a criação e fortalecimento de uma comissão de moradores; Na Fase ‘C’ o foco é específico e tem como meta fortalecer e ampliar o conselho de água; A Fase ‘D’, e última desse segundo eixo (2), trata da formação do Comitê Gestor.

O terceiro eixo (Educação para a cidadania) apresenta uma abordagem direcionada para a educação e para a cidadania, sendo constituído pela fase ‘A’ que trabalha a formação para liderança local; a fase ‘B’ que está vinculada à promoção de uma oficina sobre educação financeira; a fase ‘C’ que é destinada a execução de seminário articulado sobre os recursos

dos programas públicos federais; e finalmente a fase ‘D’ que foca a realização de um mini-curso sobre formação para a cidadania.

O quarto eixo (elaboração de documentos e capacitação dos beneficiários) evidencia a parte burocrática do projeto enfatizando a responsabilidade com a elaboração de documentos e capacitação dos beneficiários. Nesse eixo, a fase ‘A’ visa propiciar a compreensão do projeto por parte da comunidade; a fase ‘B’ é responsável pela elaboração e estudo dos termos de referência, contratos e demais documentos. Aqui são ratificados os aspectos jurídicos que envolvem ações deste porte. Toda intervenção deve ter o respaldo legal baseando-se nas leis, para que da ação não decorram atos ilícitos.

O quinto eixo (fortalecimento comunitário e ação solidária) envolve a realização efetiva de ações com vistas ao fortalecimento comunitário e ação solidária contendo em sua constituição duas fases práticas, a saber: Fase ‘A’ que corresponde à construção efetiva de cisternas, e a Fase ‘B’, a construção das casas e banheiros, incluindo serviços de reformas.

O sexto eixo (associativismo produtivo e fortalecimento da economia local) trabalha a visão de associativismo produtivo e o fortalecimento da economia local. Nesse eixo, a Fase ‘A’ e única, trata do estabelecimento de um processo de diagnose e da tomada de decisão sobre ação comunitária.

O sétimo eixo está direcionado à realização do acompanhamento das ações pós-construção. Essa etapa, composta também de uma fase única, afirma que o monitoramento das ações efetivadas por parte da ONG Habitat deve acontecer em âmbito local, e que será executado levando-se em consideração os objetivos e os resultados das atividades definidas no projeto.

Quanto à periodicidade do monitoramento, este deverá ser mensal, seguindo o formato prefixado nos eixos, onde serão registrados os “relatos de êxito, dificuldades e situações de ajustes que foram aplicados na execução do plano” (HABITAT, 2010).

Segundo, a Habitat (2010), “a avaliação enfatizará, no projeto de mobilização da Comunidade de Varjada/PE, os seguintes aspectos”:

- impacto gerado no âmbito das políticas de moradias, fruto da intervenção do projeto;
- nível de sensibilização dos setores chaves (políticos, financeiros, técnicos e sociais) para propiciar melhorias nas políticas de moradias;
- número de atores chaves e envolvidos, informados e capacitados nos aspectos técnicos e financeiros;

- moradias produzidas com segurança, qualidade e baixo custo;
- grau de sustentabilidade financeira do Fundo Rotativo;
- impacto entre os beneficiários, especialmente em nível de participação segundo gêneros;
- quantidades de moradias e de programas de geração de renda criados;
- grau dos processos de coordenação entre diferentes atores participantes e sinergias geradas com outros setores;
- sistemas informatizados, mecanismos de controle e relatórios criados e funcionando;
- potencial de disseminação da experiência em maior escala.

6.2.2.2 Formação de parcerias

As parcerias são importantes, em especial para um projeto desse vulto. Dentro desse contexto, cada parceiro contribui especificamente para a realização de etapas previamente definidas, através de uma programação antecipadamente elaborada. Os parceiros são escolhidos de forma a suprirem a demanda do projeto, fazendo uso de suas habilidades específicas cooperando, assim, ativamente com o todo.

Utilizando-se do sistema de parceria, a ONG Habitat firmou contrato de cooperação com diferentes parceiros institucionais que tiveram papel importante ao apoiarem a execução, tornando-se indispensável para o bom andamento do processo. O projeto da ONG Habitat pôde contar com o apoio do programa Citigroup do Brasil, ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro, Igreja Metodista e da Prefeitura Municipal de Passira.

O relatório técnico especifica a entidade parceira e qual a responsabilidade de cada uma delas no projeto.

A participação das ações estendeu-se no reforço do trabalho de intervenção social junto às famílias assistidas pelo projeto. No relacionamento com o poder público local (prefeitura), as ações da Secretaria de Saúde se orientaram no sentido de promover capacitação específica em saúde e educação e em outras áreas que pudessem ser reivindicadas pela comunidade em questão.

6.2.2.3 Expansão do projeto de engenharia a partir do conhecimento da realidade local

No decorrer da elaboração do Projeto de Varjada/PE, a ONG Habitat verificou que a edificação das cinquenta casas não atenderia a demanda local, estabelecendo, assim, mais de uma fase para a construção e/ou reforma de habitações, de tal sorte que atendesse às 175 famílias estabelecidas em lotes pertencentes a área delimitada pela cobertura do projeto. Diante dessa nova realidade, a Habitat iniciou um diálogo com a CEF – Caixa Econômica Federal com o intuito de selar uma parceria conforme as regras do programa “Operações Coletivas”. Este é um programa financiado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) cujo objetivo é atender às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda com financiamento direto às pessoas físicas, desde que organizadas de forma coletiva em comunhão com a entidade organizadora. Programa este respaldado legalmente pela Resolução 460/518 da CEF.

A responsabilidade da Caixa Econômica Federal, segundo a Habitat, seria a de “proceder ao enquadramento do projeto no mecanismo da Resolução 460/518” atuando no gerenciamento do programa de forma a “instruir, assessorar e capacitar os parceiros” envolvidos, especialmente a prefeitura e Habitat para Humanidade Brasil (HPH) para implantação dos procedimentos dessa Portaria, além de “proporcionar toda a logística (estadia, locomoção, comunicação) do projeto no âmbito da jurisdição da Agência de Limoeiro” (HABITAT, 2010).

Por fim, a composição do relatório apresenta um dispositivo que permite a inclusão de novos parceiros, caso seja necessário, para o andamento do projeto. Este procedimento é efetivado através de negociações a serem firmadas através de documento contratual, respeitando a composição legal do projeto original de Varjada/PE.

6.2.3 Reflexão avaliativa do processo de intervenção aplicado

O que se diagnosticou, com base nas informações obtidas pela pesquisadora, foi que os eixos do projeto implementado foram bem estruturados e se ajustam, e até ultrapassam, as fases propostas pelo modelo descrito por Pecqueur (1994). O processo apresentou elevado nível de flexibilidade e adaptabilidade quando em diferentes momentos precisou se enquadrar à realidade local. Embora a ONG já tivesse um modelo elaborado, o ambiente de intervenção influenciou profundamente na dinâmica organizacional da instituição.

Esta, por sua vez, respondeu rapidamente a estas variáveis se adequando aos novos desafios. Para isto, incorporou novos gestores e redirecionou seu planejamento. Esta dinâmica organizacional possibilitou as organizações privadas e não governamentais envolvidas a serem pró-ativas em suas ações.

No tópico seguinte, que trata da interpretação, irá ser analisado o resultado da intervenção para a comunidade em termos de desenvolvimento efetivo, tendo por base essencialmente o modelo proposto por Gallicchio (2004).

6.3 Estudo dos efeitos das ações de desenvolvimento local empreendidas na comunidade

A seguir, serão investigados os efeitos das ações empreendidas sobre a dimensão econômica, social, política e ambiental segundo o modelo de Gallicchio (2004) com o propósito de se aferir o grau de desenvolvimento da comunidade, através de fatos que comprovem a existência dessas variáveis na coleta de dados. Caso existam indícios que sinalizem favoravelmente um avanço nas ações empreendidas pela comunidade, se faz necessário verificar se este fenômeno já é uma consequência das ações integradas do projeto que mobilizou e incentivou os atores locais a participar das atividades.

6.3.1 Análise da dimensão econômica

O estudo aqui se inicia analisando as atividades educativas realizadas na comunidade que foram direcionadas para o aperfeiçoamento das capacidades individuais e grupais presentes no local. Busca-se observar analiticamente se estas atividades educacionais foram fundamentais para o surgimento do entendimento cognitivo sobre a importância do aprendizado, e se as atividades realizadas fomentaram internamente nos indivíduos envolvidos a vontade de desenvolver uma atividade econômica local, e se este movimento continua em expansão.

No processo de análise, a pesquisadora adota como base teórica o modelo proposto por Gallicchio (2004), para fundamentar as reflexões. Verificou-se a existência de fatores no local da pesquisa que sinalizaram o surgimento de criação de riquezas, porém para que esta nova realidade se mantenha é preciso que a comunidade evolua na variável educação, permitindo a evolução e aperfeiçoamento das competências individuais. O que se percebe no

local pesquisado é uma lacuna acentuada a respeito deste assunto, mesmo a ONG Habitat ter intensificado ações focadas nos diversos mini-cursos. Embora este tenha ampliado a visão dos participantes e gerado apropriação de conhecimento básico, não foi suficiente para transformar de forma relevante a realidade das famílias de Varjada.

Analisando os dados obtidos em campo, identificou-se que dezesseis entrevistados afirmam ter participado de algum tipo de curso ministrado na comunidade.

O que chama atenção é que quatorze entrevistados lembram e comentam com propriedade sobre o curso de orientação financeira realizado em parceria entre a ONG Habitat e Caixa Econômica Federal. Encontra-se evidência deste fato no relato de um dos entrevistados, conforme se apresenta a seguir:

A Habitat realizou um mini-curso sobre orientação financeira, que mostrava várias formas de se investir e gastar. Eu aprendi que para conquistar os nossos sonhos é preciso que o casal tenha o mesmo objetivo. Por exemplo, a mulher poupa seu dinheiro para realizar a reforma da casa e quando menos se espera o marido pega as economias que ambos juntaram, e vai comprar besteiras. Isto é gastar à toa! O curso ensinou como investir e melhorar as nossas vidas, através da realização dos nossos sonhos. Mas para que isto aconteça é necessário que o casal tenha o mesmo objetivo. (DEPOIMENTO, 2010.)

Fica evidente, no depoimento, a importância do curso para as famílias; cada uma delas, dentro do seu universo perceptível, registrou o fato e incorporou a realidade de cada um ali presente. Nesse depoimento fica clara a noção de acumulação através de poupança a fim de transformar sonhos em realidade. E a consciência de que se faz necessário o envolvimento do casal, pois, caso contrário, todo esforço aplicado não conduzirá a concretização dos objetivos almejados. Também apresenta a visão compartilhada no esforço de obter uma melhor qualidade de vida através do combate ao desperdício no lar.

Uma forma de fortalecer a família é através do incentivo ao aprendizado de técnicas capazes de habilitá-la a lidar com suas finanças. Estruturando-a economicamente e tornando-a sensível a necessidade de trabalhar um ambiente que priorize a capacitação ampliando, assim, o modelo familiar de renda, além de iniciar uma forte tendência entre seus membros de empreender, conforme declarado em uma das entrevistas:

Particpei do curso de orientação financeira, fiquei satisfeito porque acrescentou muito na minha vida. Aprendi como usar o meu dinheiro sem desperdiçar. O curso também ensinou como devo valorizar o que tenho. Outra coisa que gostei foi que pude aprender como criar meios para ampliar a renda e assim aumentar a minha renda atual. As orientações mostraram como conseguir ganhos extras e aplicá-los no pagamento da casa (DEPOIMENTO, 2010.).

A importância do curso de orientação financeira é indiscutível, porém ele não preparou as pessoas para investir em empreendimentos, ele se torna superficial quando ensina

a vender, por exemplo, ovos para obter uma renda extra com um único objetivo, qual seja, o de pagar o financiamento disponibilizado pela agente financeiro.

Já que houve a proposta de estimular uma conscientização da importância de poupar e gerar meios de geração de renda, poderia ter ampliado e fortalecido a ideia do quanto é importante criar meios sustentáveis e mais duráveis de enriquecimento através dos empreendimentos locais. Para Gallicchio, para que ocorra o surgimento e fortalecimento do desenvolvimento é fundamental a geração de crescimento econômico. Numa comunidade tão necessitada como Varjada, é preciso ampliar o foco de atuação para que o processo desencadeado não caia no esquecimento ou vire uma ‘boa lembrança’ na memória das pessoas da comunidade. Por exemplo, existe uma vontade enorme de crescer que é expressa por vários membros da comunidade, porém, por falta de apoio do governo local e entidades responsáveis pelo desenvolvimento de pequenos grupos, muitos dos moradores terminam decidindo morar em outras regiões.

Nas declarações feitas a seguir vê-se o quanto ainda precisa ser feito para que estas pessoas consigam vencer a barreira da inexperiência e da falta de oportunidade, a fim de ultrapassarem as adversidades impostas pelas dificuldades locais e pela falta de assistência dos governantes.

Sim, participei do curso de orientação realizado pela Habitat. Ensinaram várias maneiras de se conseguir aumentar a renda. A que mais chamou a minha atenção foi a técnica de reutilizar o papelão para confeccionar caixas de presente. Também foi citado o bordado, por ser uma prática comum entre nós mulheres, segundo orientações fornecidas poderia esta atividade se tornar uma vantajosa fonte de renda. Porém o que acontece comigo é que na hora do curso fico muito animada, mas depois não sei como realizar a comercialização. Aqui as pessoas não têm dinheiro sobrando para comprar certos tipos de produtos e eu nunca saio daqui, não sei andar por outras cidades, pois se soubesse iria vender em outros lugares pois acredito que fora daqui, as chances de se vender são maiores (DEPOIMENTO, 2010).

Outro aspecto observado, e que consideramos como essencial na condução de qualquer processo de intervenção, principalmente em pequenos aglomerados, é a participação dos jovens que estão inseridos na realidade local, como é o caso de Varjada que é uma comunidade desprovida de recursos essenciais para a vida, sendo preciso intensificar um trabalho educativo com as novas gerações.

Não se viu nenhuma ação direcionada para jovens. Mesmo que não fosse o foco da ONG, ela poderia ter acionado a rede de cooperação, e ter introduzido ao projeto original uma etapa específica para trabalhar a educação participativa na qual o público alvo seriam as crianças e jovens da comunidade. É preciso compreender que um processo de desenvolvimento local não se instaura em curto prazo, razão pela qual é de fundamental

importância fortalecer a base educacional dos jovens da comunidade através de atividades que os envolvam no processo ali desencadeado, até porque estes jovens devem ter consciência do seu papel na sociedade como agente e ator transformador. Não haverá no futuro melhorias sem a presença participativa destes jovens no presente, portanto, em qualquer processo que se deseje estimular o desenvolvimento comunitário e local é preciso que ocorra a inclusão dos jovens da comunidade. Todavia, é primordial que esta conscientização seja adquirida de maneira espontânea através da experimentação do exercício da cidadania.

O processo educativo deve incorporar técnicas que tenham ênfase em valores pautados na cidadania, solidariedade, inclusão, equidade e empoderamento. Com o intuito de fortalecer na geração de jovens a consciência política, social, econômica, cultural e ambiental, e assim gerar pessoas capazes de atuar participativamente alterando o futuro da comunidade. Isto só é possível com a participação ativa dos jovens na política local, influenciando setores da sociedade através de reivindicações que possibilitem conquistas que agreguem melhorias na governança reestruturando o futuro das bases locais. Este ponto demonstra a fragilidade do sistema quando não incorporaram nas suas ações as novas gerações (os jovens) na problemática local.

Na história universal, muitos são os fatores que comprovam que as gerações de jovens com seus movimentos foram responsáveis por grandes mudanças históricas ocorridas em diferentes décadas. Portanto, o estudo apresenta como ponto crítico a ser analisado e revisto em futuras intervenções a questão de envolver a participação dos jovens no processo de aprendizagem através de cursos sobre profissões disponíveis no mercado, cursos ofertados na região etc. Estas orientações também devem focar a importância de cada um no processo transformador da sua comunidade, ou seja, plantar a semente da cidadania nestes jovens.

Ainda tratando-se do mesmo contexto, porém levando em consideração as informações coletadas nesta fase da entrevista e analisando-as do ponto de vista do desenvolvimento local, a presente pesquisa defende os argumentos teóricos utilizados por Buarque e Bezerra (1994) que incorporam o pensamento segundo o qual eles argumentam que para desencadear um processo irreversível de desenvolvimento local, é imprescindível se especializar nas áreas onde já existem vantagens comparativas, porém é importante frisar que na atualidade a tônica são as vantagens competitivas. Este argumento justifica as ações elaboradas pela ONG Habitat e o Centro Pernambucano de Design em relação às práticas aplicadas junto ao grupo das bordadeiras. Todas estas ações foram intensificadas e direcionadas para o fortalecimento do produto, praça, preço e promoções além de gerar competência em cada uma das participantes no que se refere à gestão do próprio negócio (no

caso, a fundação da cooperativa local), até porque é uma maneira de lidar com a instabilidade gerada pelo ambiente externo.

Para que exista um movimento de desenvolvimento local se torna imprescindível a organização de um processo que envolva os agentes de maneira participativa, sendo capazes de gerar ações impulsionadoras de novos elementos e assim fortalecer o aparecimento de atividades econômicas na localidade. Partindo deste pressuposto, verificou-se a existência da intenção de se tornarem empreendedores, uma vez que os dados obtidos verificaram a existência de uma tendência que aponta a capacidade latente que poderá promover no futuro o aparecimento de empreendimentos. Estas informações, se tratadas devidamente pelos agentes atuantes na região, poderá alicerçar de forma estruturada um movimento integrado de desenvolvimento local.

Continuando com a investigação, o roteiro intencionalmente verifica até que ponto os entrevistados estariam dispostos a constituírem um negócio próprio, caso tivessem a oportunidade, e qual seria o ramo de atividade. Verificou-se que quatro pessoas desejam ter uma loja, cujos segmentos são: artesanato, especificamente o bordado, comida e confecções. Oito pessoas não desejam ser proprietárias de nenhum tipo de negócio, e os motivos são vários, do tipo: “não tenho talento; já estou velho para estas coisas; eu não quero ter preocupação na minha vida” (DEPOIMENTO, 2010).

Sete pessoas afirmaram que gostariam de possuir um empreendimento no segmento de mercado. Este fato despertou na pesquisadora a necessidade de investigar qual seria o motivo que estimulou a indicação daquela resposta. Dando continuidade as entrevistas no campo, descobriu-se na comunidade uma senhora que surpreendeu pela habilidade e a capacidade empreendedora que tem. Esta senhora é dona do primeiro mercado da comunidade. Quando indagamos se estaria disposta a investir em outro empreendimento, rapidamente respondeu “sim”. O seu depoimento revela a visão empreendedora e o seu conhecimento sobre o assunto:

Claro que investiria em outro negócio se tivesse o incentivo financeiro. Aqui têm muitas coisas que podem ser investidas. A princípio eu gostaria de obter um financiamento para aplicar na ampliação do meu mercado. Hoje, eu tenho um freezer para galinha, mais preciso comprar outro para colocar peixes, e assim atender a procura por este produto. Fiz um financiamento para comprar um carro zero que fosse utilitário, que tenho orgulho de dizer que já quitei. O carro é muito importante porque não fico dependendo de lotação para trazer as compras do mercado. O acesso para Varjada é muito difícil e nem todos os motoristas querem pegar o transporte, mesmo pagando um pouco mais. E também serve para fazer entrega das compras feitas pelos clientes de vários lugares (lugarejos próximos). Eu não poderia ficar dependendo de transporte, foi pensando assim que resolvi agir, os meus fornecedores não entregam nesta região, alegam que é perigosa e de difícil acesso, então comprei o veículo para resolver este problema. Aqui tem muito para crescer,

está chegando mais gente para morar aqui. O assentamento do governo é a prova disto. Estas pessoas precisam comprar alimentos e eu tenho que estar preparada para atendê-los. Eu resolvo tudo, o meu marido não quer saber do mercado. Ele diz que não sabe lidar com contas e outras coisas. Eu estudei mais do que ele, e sei somar, dividir e multiplicar. Quando eu era criança tive como exemplo o meu pai, que era comerciante, e aprendi muito com ele. Eu gostaria de ter mais tempo para ter outros negócios (DEPOIMENTO, 2010).

Aqui está o real motivo de alguns dos entrevistados expressarem a vontade de possuir um supermercado. É que eles provavelmente se espelharam no modelo de sucesso apresentado pela proprietária do primeiro supermercado de Varjada.

Ao serem consultados sobre qual seria o potencial da região capaz de gerar renda, houve sugestões interessantes, do tipo, realizar a reciclagem das palhas do milho. Também foi citada por um dos entrevistados a dificuldade de manter o plantio sem água, ao mesmo tempo esta pessoa revela o desejo de aprender ‘técnica de irrigação’ utilizando como reservatório de água o sistema de cisternas.

Também foi citada a necessidade de se criar um mercado local que tivesse farmácia, locadora de filmes, salão de beleza, uma creche, armarinho, armazém de construção, loja de produtos agrícolas e ração de animais.

Os depoimentos apresentam uma homogeneidade em diferentes momentos sobre as possibilidades de empreendimentos que, na ótica deles, dariam certo na comunidade. A consciência coletiva é forte entre os atores locais, são coerentes quando apresentam suas ideias, porém, logo em seguida relacionam as possibilidades citadas com as dificuldades lá presentes.

Quando estimulados, eles apresentam ideias excelentes, mas não conseguem transformar este conhecimento em oportunidades. Os motivos apontados como causa desta realidade são: o baixo índice de alfabetização, a falta de capacitação nas áreas técnicas, falta de condições financeiras, inexperiência. São argumentos por eles usados para explicar a causa de não conseguirem se tornar empreendedores.

Buscou-se através do roteiro de entrevista identificar a ocorrência de processos coordenados e participativos capazes de instalar um debate participativo cujo alcance seja viabilizado por métodos articulados.

As declarações demonstram que a implantação do projeto teve diretrizes democráticas e ações participativas possibilitando aos membros da comunidade o direito de exercer a sua cidadania.

Além das dificuldades expressamente pontuadas pelos entrevistados, existe atualmente uma consciência coletiva da importância de se reter o dinheiro na comunidade e

formular uma engrenagem que ao mesmo tempo faça o dinheiro circular passando a ter rentabilidade entre eles.

Uma visão geral sobre os relatos referente à possibilidade de se desenvolver um negócio local traz considerações reveladoras do tipo:

não podemos retroceder, precisamos encontrar ‘o caminho das pedras’, se instalarem aqui um armazém de construção, padaria, fábrica de reciclagem, nossa! De imediato teríamos a criação de empregos locais e consequentemente iríamos crescer (DEPOIMENTO, 2010).

Há revelação de que todos, após o recebimento das casas, tiveram ‘forte desejo de consumo’, e este sentimento é expresso por eles em vários momentos da conversa; não houve entre os entrevistados quem cite que este desejo por consumir tenha sido estimulado pela instalação de energia elétrica; o fato que eles relacionam a esta vontade é a construção da casa, embora se saiba que para se adquirir determinados bens de consumo seja necessário existir energia elétrica. Antes de entrar propriamente neste debate, convém explicar que este momento revela ao pesquisador um fenômeno comportamental que desencadeia nas pessoas da comunidade um movimento de ruptura com as raízes rurais e a agregação de valores totalmente urbanísticos. As pessoas ali residentes vivem em uma zona rural, porém todas são constantemente influenciadas por informações veiculadas pelas antenas de TV a cabo, informações estas que são incorporadas por eles alterando drasticamente o seu comportamento de consumo.

Mesmo vivendo num meio rural onde a maioria das atividades domésticas e rurais é realizada através de técnicas manuais, a comunidade já não adota este estilo de vida e este processo sofreu aceleração tornando-se mais intenso após o recebimento das casas novas. Mas o que vai de encontro neste contexto é que o desejo de consumo elevado está estimulando a compra em longo prazo, comprometendo em parte a liquidez destas famílias. Este seria o lado negativo da realidade comentada pelos entrevistados. Agora, o aspecto positivo encontrado na comunidade, é que existem revelações de pessoas que demonstram começar a utilizar o aprendizado adquirido no curso de orientação financeira. Estas pessoas primeiramente poupam o seu dinheiro para só então realizar a compra preferencialmente à vista. Caso não seja possível, priorizam como segunda opção a compra parcelada, onde dão uma entrada e o restante fica dividido em duas ou três vezes no máximo.

A construção das casas alterou as forças atuantes no local, produzindo um movimento coesivo entre os atores locais. A comprovação deste argumento aflora na iniciativa empreendedora de alguns dos beneficiados do projeto. Hoje a comunidade tem mercado, lanchonete e uma produção caseira de bolo de aniversário, os quais informalmente

empregam pessoas da própria comunidade.

Mesmo apresentando deficiência, é válida a iniciativa, como também demonstra que as pessoas começam a reagir aos incentivos de maneira positiva. Até porque na coleta dos dados se escutou que os debates acontecidos nas reuniões possibilitaram o despertar para a construção de uma nova realidade, o que alterou a compreensão dos fatos. Estes acontecimentos fazem com que estas pessoas despertem, por meio de reflexões, e percebam o quanto elas são responsáveis pelo futuro da comunidade, e que para alterar a realidade local é preciso inicialmente unir esforços coletivos. Só assim é possível buscar soluções para as dificuldades enfrentadas, proporcionando uma mudança na vida de cada um ali presente.

Nos relatos, são lembradas as dificuldades de se morar em uma casa de taipa – a umidade, a insegurança e o perigo faziam parte do cotidiano. “A casa não era arrumada”, dizem as mulheres entrevistadas, as roupas que eram lavadas muitas vezes ficavam sujas por lama, ou quando não, ficavam com espessa camada de poeira.

Todos os entrevistados demonstraram felicidade e orgulho de morar nas novas casas, o que deixa claro o quanto o projeto elevou a motivação e a auto-estima deles, que são fatores emocionais capazes de influenciar o comportamento dos homens. Nas respostas observa-se que as pessoas não têm dúvidas de que o projeto estimulou a motivação trazendo para a comunidade a expectativa de crescimento, mudança de comportamento e superação de problemas. Tantas mudanças findaram por alterar o comportamento de consumo introduzindo novos hábitos de alimentação, propiciados pela comodidade de refrigerar seus alimentos. A instalação do mercado permitiu esta flexibilidade provocando de imediato uma alteração no costume alimentar.

Atualmente, é possível comprar produtos de vários gêneros no mercado local, coisa que há pouco tempo era impossível, sendo preciso viajar até a Cidade de Passira para adquiri-los.

Posteriormente, se investiga como seria o posicionamento da comunidade, caso houvesse a continuidade das ações, sendo estas aplicadas amplamente em nível das necessidades básicas, o que intencionalmente estimulasse o desenvolvimento local sustentável através de um trabalho operacional de cooperações e parcerias objetivando intensificar e fortalecer o comércio local. Obteve-se a frequência de vinte respostas favoráveis a continuidade de ações, semelhantes as já realizadas anteriormente.

Os dados coletados apontam o fator motivacional elevado entre os atores locais. Ao imaginarem a possibilidade de haver uma continuidade, logo apresentaram ideias, objetivando fornecer informações que pudessem contribuir para que este acontecimento se tornasse

realidade. Na ótica deles, deve-se elaborar um projeto que possibilite desencadear um processo gerador de oportunidades. E estas devem gerar emprego local, contribuir para uma melhor distribuição de renda, trazer para os homens maiores oportunidades de negócios, ampliar ações direcionadas para a agricultura local implementando programas do governo federal, alterar a qualidade de vida dos jovens através do ensino técnico, incluir uma proposta de capacitação para mulheres e homens por intermédio de cursos, contribuir para economia local através da criação e ampliação do mercado local favorecendo a circulação de moeda na comunidade, e contribuir continuamente para a elevação da melhoria da qualidade de vida. É notável a visão coletiva da comunidade quando se trata de ações de melhorias econômicas.

Nesta fase de análise da variável econômica, todos os depoimentos relevam a riqueza do projeto, até porque os efeitos ainda estão se propagando, mesmo com o fim do processo de intervenção. Os fatos também refletem um resultado intangível, este relacionado com a conscientização dos beneficiados da ‘satisfação’ em suas vidas. Esta variável motivacional interferiu positivamente, sendo a impulsionadora de um processo de adesão capaz de envolver cada um ali presente, expondo a capacidade dos atores locais de se organizarem e conciliarem os interesses individuais e da coletividade, superando as dificuldades presentes. Estes fatos são uma demonstração da capacidade dos indivíduos de administrarem os interesses pessoais e coletivos em prol da maioria, contribuindo para a construção de um processo de melhoria contínua das condições locais.

6.3.2 Dimensão sociocultural do projeto

Nesta fase da pesquisa, as análises são direcionadas para o diagnóstico da variável sociocultural do modelo em questão. O levantamento realizado teve como objetivo diagnosticar se houve alterações relevantes que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, igualdade, integração e inclusão social.

A externalização das atividades que trabalham a variável sociocultural envolve em sua aplicação um processo delicado. Na verdade, este trabalho envolve a elaboração de diretrizes de atuação das políticas públicas, do poder local, instituições privadas, ONGs e demais organismos internacionais; ambos devem alinhar a gestão de tal maneira que as práticas gerenciadas e operacionalizadas sejam executadas por meio de um monitoramento permanente dos atores. Martins e Caldas (2009) rejeitam todo e qualquer modelo de desenvolvimento que se sobreponha de forma a “substituir a cidadania”, é por isso que os

debates acadêmicos são fundamentais para alertar para problemas que poderão surgir.

Os registros científicos possibilitam ao pesquisador realizar uma avaliação analógica dos fatos, e ressalta a importância do argumento proferido pelos autores, despertando para situações críticas que podem se instalar no ambiente que passa por intervenções. Portanto, deve-se conciliar a prática com a teoria no sentido de impedir que ocorra a anulação ao direito do homem de exercer a cidadania. Até porque expandir a liberdade permite ao homem valorizar e enriquece a vida tornando-a desimpedida. Este processo de liberdade brota através da consciência do direito de ir e vir respeitando a adversidade, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, condição primordial para a evolução da sociedade, uma vez que esta condição torna o homem mais participativo nos processos políticos, econômicos e ambientais.

O homem com liberdade torna-se um ser mais sociável, condição expressa por Sen (2000) quando contextualiza e fundamenta a sua visão teórica sobre o assunto.

O cidadão, quando exercita sua liberdade, passa a expressar através de atos a sua determinação de vontade, de modo que espontaneamente as suas ações são coordenadas para atuar ativamente nos processos grupais desencadeando alterações profundas na história da humanidade, através de conquistas concretas.

Esta condição expressou-se nas reuniões de mobilização, e foi através delas que se percebeu a distorção da proposta inicial do projeto e a real necessidade da comunidade, alterando o objetivo que inicialmente era a construção de sanitários para a construção das casas. Nestas reuniões, os moradores puderam realizar várias reivindicações, através das quais puderam expor o desejo de terem uma casa com varanda. Os argumentos utilizados para convencer a equipe técnica têm como base a questão cultural – é cultural entre homens e mulheres o hábito de se reunirem nos finais de tarde nas varandas ou quintal (na ausência destas) para conversar e bordar. Diante desta reivindicação, a equipe técnica analisou a viabilização das alterações na planta da casa e incorporou-as, respeitando o costume local.

Ao analisar a variável sociocultural, deve existir a preocupação científica em observar como ocorre a construção e o fortalecimento do processo evolutivo desta variável em relação ao desenvolvimento local. O desenvolvimento social influencia nos acontecimentos locais, intervindo direta ou indiretamente na qualidade de vida dos habitantes, alterando os padrões socioeconômicos e culturais das regiões. Esta concepção tem como fundamento o pensamento sistêmico.

O impacto psicológico causado em cada cidadão é uma realidade que transformou por completo a vida de cada um. A alteração na parte estrutural das residências é sem dúvida

a mais percebida por eles, mais não a única; a segunda mais citada refere-se à saúde, seguida por segurança e mudança comportamental, que são consequências que refletem os efeitos vivenciados com a conclusão da intervenção. A citação a seguir releva, do ponto de vista do entrevistado, alguns relatos sobre este enfoque:

É outra vida, hoje não me preocupo com as chuvas! Todo ano tinha o trabalho de refazer as paredes da casa. Hoje tenho qualidade de vida e de moradia. Podemos receber a nossa família, meus filhos podem brincar no chão. Posso realizar a higienização do piso da casa evitando, impedindo contaminação por urina de rato. Passamos a ter segurança, saúde (DEPOIMENTO, 2010).

Percebe-se que o projeto teve uma grande aceitação, apresentando-se como principal elemento impulsionador para a melhoria da comunidade em vários aspectos, porém houve queixas referindo-se a problemas de rachaduras. Estes relatos são carregados de preocupações e por desgaste natural, porém a imagem da ONGs é retratada positivamente.

(1) A ação da Habitat gerou qualidade de vida, tanto que a minha casa tem problema com rachaduras, mas tenho certa que estes problemas serão resolvidos. Confio na Habitat, ela foi uma entidade que chegou na comunidade, disse o que iria fazer, conseguiu reunir as pessoas da nossa comunidade e todos participamos da construção das nossas casas no regime de mutirão, isto foi bacana. Ela nos passa confiança por ter sido verdadeira e ter cumprido com a palavra, portanto acredito que esses problemas serão resolvidos, mas confesso estou preocupado com esta situação.

(2) Sem dúvida que a qualidade de vida de minha família melhorou, porém apareceram problemas do tipo azulejo quebrado, a bacia sanitária encontra-se partida, a encanação com problemas, existe rachadura no quarto de solteiro. Este problema precisa ser resolvido o mais breve porque tenho minha mãe com oitenta e cinco anos que mora comigo.

(3) Para mim foi importante, eu morava no Recife. Fui para lá trabalhar de doméstica, do meu salário sobrava pouco, pois tinha que pagar o aluguel, comer e me vestir. Era difícil juntar dinheiro para construir minha casa. Com o projeto pude voltar e hoje sou muito feliz porque voltei para morar na minha terra. (DEPOIMENTOS, 2010).

Parte desses problemas é de responsabilidade da prefeitura local, que participou em regime de parceria cedendo o *kit* de louça sanitária, azulejos, balcão e pia da cozinha. Mas com o decorrer das ações, o poder municipal, representado pela prefeitura, se ausentou. Informações obtidas tanto pela comunidade quanto pelas ONGs são de que as providências estão sendo tomadas para solucionar definitivamente estas dificuldades.

Outro problema eminente, correlacionado à ausência do poder público municipal, diz respeito ao fato da escola de ensino médio em construção estar com suas obras paralisadas. Esta escola tem uma proposta educacional focada no desenvolvimento de um ensino voltado para a capacitação técnica, sendo de responsabilidade da Prefeitura de Passira a execução da obra, fato este que cria um desconforto entre a Comunidade de Varjada e o governo municipal. Todos os entrevistados reclamam do descaso da prefeitura para com este assunto,

inclusive aqueles que já passaram da idade de ter filhos na escola. Em razão disto, a população informou que iria se reunir para reivindicar, junto ao prefeito atual, a conclusão da escola.

Como perspectivas para o futuro, todos desejam a chegada da água encanada, embora ressaltem a importância atual das cisternas. A demanda local continua sendo de base primária, pois as pessoas que ali vivem não se preocupam em ter um ginásio de esportes, por exemplo, elas querem suprir a demanda diretamente ligada às necessidades básicas do ser humano.

O que melhorou muito a condição financeira das pessoas da comunidade foi o programa do governo federal denominado Bolsa Família que refletiu diretamente no poder aquisitivo, possibilitando a estas famílias adquirirem alimentos, roupas e material escolar para seus filhos, além de contribuir para aquisição de algum tipo de eletrodoméstico.

Outro fato relevante é o acesso dessas pessoas ao uso do serviço de telefonia móvel – todos têm aparelho celular, inclusive há casos em que o entrevistado possui seis aparelhos em sua residência.

Quanto ao atendimento médico, as referências coletadas indicam um grau de satisfação excelente. Outro elemento apontado pelos participantes é a existência do agente de saúde que segundo informações é responsável por esclarecer e repassar orientações sobre como proceder em caso de contaminação por dengue e outras doenças. O posto local tem atendimento a cada oito dias e existe uma lista fixada com as especialidades disponíveis. O programa de saúde é mantido por verbas do programa do governo federal em parceria com o governo municipal.

Junto com as ações implantadas na comunidade, houve a iniciativa por parte da Habitat de viabilizar a instalação do primeiro orelhão da localidade, o que foi muito elogiado pelos moradores que não têm condições de possuir uma linha de telefonia móvel.

O cotidiano destas pessoas sofreu alterações que revelaram novos hábitos, como é o caso da substituição do fogão a lenha pelo fogão a gás. Esta nova prática foi introduzida no dia a dia das pessoas a partir do recebimento das novas casas, o que estimulou as mulheres a reivindicarem de seus maridos fogão a gás, isto para evitar que a borra da madeira queimada viesse a sujar as paredes da casa nova.

Pode-se afirmar que as análises da variável sociocultural são positivas, até porque, para que exista a concretização do desenvolvimento local sustentável é preciso que o instrumento de democratização da vida social e cultural seja gerido por programas totalmente compartilhados. Isto só é possível por meio dos canais de participação social que se expressam por intermédio de movimentos ampliados, e/ou através do “reforço da organização

da sociedade, através da promoção de parcerias e co-responsabilidades,” nas ações executadas (JARA, 1998).

6.3.3 Dimensão ambiental

Prosseguindo nas análises para verificar se existe uma propagação dos efeitos causados pela intervenção na comunidade que possa confirmar o início de um movimento de desenvolvimento local, é preciso ainda investigar e analisar a variável ambiental.

Esta variável passa a ter maior destaque no cenário mundial quando incorporada ao modelo de sustentabilidade. Anos se passaram e ainda existem entraves ambientais a ser superados. Todos sabem que para promover o movimento de propagação da consciência do valor que representa para o planeta a variável ambiental e obter os primeiros resultados, precisa-se de tempo. Todavia, a construção se dá mediante um processo extenso de luta contra as barreiras impostas pela sociedade, como por exemplo, a extração ilegal de madeira, a caça predatória etc. Para impedir a propagação dessas práticas ilícitas é preciso criar meios seguros que fiscalizem a política de mau uso dos recursos ambientais, aplicando sanções que impeçam a continuidade de atos não condizentes ao modelo proposto de sustentabilidade. Enfim, para se colocar em prática estas regras é preciso intensificar os programas de incentivo à preservação do ecossistema.

Investir na base da educação para criar uma mudança de concepção nas novas gerações é uma das maneiras de implantar esta consciência, principalmente quando se almeja obter o apoio dos agentes ativadores de diferentes segmentos da sociedade. Neste contexto, é conveniente conciliar interesses públicos e privados através de políticas públicas modeladas no compartilhamento de informações cujo processo esteja pautado na inovação e no aprimoramento constante, agregando para si as novas tecnologias como ferramenta de apoio, como, por exemplo, inserir o uso do planejamento. Este conjunto de elementos favorece a criação de diretrizes que devem guiar a conduta diária de todos os dirigentes, servindo como eixo norteador para a concepção de estratégias a serem implantadas no decorrer das fases.

Não se pode esquecer que para obter resultados positivos é preciso que todas as ações estratégicas, táticas e operacionais sejam construídas através da visão sistêmica e conduzidas através de fluxos de sentido duplo, levando em consideração o conhecimento específico do local ao global. Portanto, é fundamental para o presente contexto que a variável ambiental seja incorporada nas intervenções realizadas pelos agentes governamentais, empresas privadas

e ONGs.

A partir do instante em que são intensificadas as ações direcionadas para a conscientização e uso do aprendizado sobre a conduta de práticas ambientais correta, automaticamente torna-se viável a implantação dos primeiros passos para o desenvolvimento baseado nos parâmetros da sustentabilidade.

É com base neste argumento que tem início as análises nas quais se investigou até que ponto as pessoas fazem uso de práticas ambientalistas.

Em relação a esta variável, a comunidade se mostrou sensível, e os relatos foram surpreendentes, até porque pelo que consta, a comunidade nunca teve um trabalho intensivo que esclarecesse a importância dessa variável para o equilíbrio do ecossistema.

Esta etapa teve a finalidade de investigar se as pessoas que ali moravam adotavam práticas direcionadas à conservação e bom uso do meio ambiente. Buscou-se, assim, traçar o perfil da comunidade em relação à variável ambiental. Foi perguntado se havia coleta de lixo e se esta era realizada regularmente: todos responderam que nunca houve coleta de lixo na comunidade e que é um costume comum colocar o lixo em sacos plásticos e queimá-lo. Ao serem questionados sobre o porquê de queimar o lixo em sacos, a informação dada foi a de que o odor do saco queimado desaloja o inseto transmissor da doença de chagas. Outra alegação é que o lixo queimado se transforma em cinzas, evitando o acúmulo em locais indevidos. Os relatos expressam um costume que pode ser classificado como cultura local, conforme se destaca a seguir:

1. Não temos coleta de lixo. Eu transporto o lixo e queimo no terreno. Porque transporto o lixo para longe? Por causa das faíscas não provocarem incêndio no mercado, e também tem o odor de queimado que é forte e pode incomodar os clientes;
2. O lixo! Isto é um problema nosso, a prefeitura nunca se preocupou! Sabe que é melhor assim, pode observar que a nossa comunidade é mantida limpa, pode andar do início ao fim. As pessoas mantêm seus terrenos limpos. Todos nós queimamos o lixo produzido aqui (DEPOIMENTOS, 2010).

Verificou-se que os reflexos posteriormente notados demonstram que a intervenção influenciou, de modo a alterar o costume de cozinhar à lenha o qual foi substituído pelo fogão a gás. Esta alteração é o reflexo do zelo com a nova casa em primeiro lugar, e depois, a mesma vem confirmar o que já foi citado nas análises anteriores que revelam uma mudança comportamental dos hábitos ruralistas, onde a comunidade apropria-se de costumes urbanos. O hábito de cortar lenha também está aos poucos desaparecendo. “Nós não cortamos árvores, normalmente coletamos galhos secos para usar no fogão à lenha” (DEPOIMENTO, 2010). Todos sabem que caçar e desmatar são crimes.

É notório que este motivo foi o principal fator para que só um dos entrevistados assumisse que já realizou o corte de árvores nativas, talvez esta omissão por parte da maioria esteja relacionada ao receio de serem penalizados no futuro.

1. Eu tenho fogão a gás para cozinhar. Antes quando a casa era de taipa se cozinhava com lenha. A gente catava pedaço de madeira do chão, nunca cortamos árvores. Não utilizo lenha para cozinhar, porque a borra suja a casa. Antes era bom porque a fumaça da lenha queimada desalojava o barbeiro (inseto transmissor da doença de chagas). Agora basta lavar o piso com sabão para afastar os bichos;
2. Eu já cortei árvore pequena e também peguei gravetos, isto quando usava o fogão a lenha. Hoje a realidade é outra, não preciso pegar lenha, tenho condição financeira para comprar o botijão de gás. Quero dizer que nunca comercializei lenha (DEPOIMENTOS, 2010).

O conhecimento do tema é adquirido através do rádio e TV que, segundo eles, apresentam programas que falam “do desmatamento e das queimadas que causam destruições.” A noção geral é que a terra é importante porque produz alimentos; as árvores produzem frutos e propiciam sombra nas partes quentes do dia.

O diagnóstico demonstra, entretanto, o quanto é incipiente a consciência coletiva sobre a ecologia.

O que se percebe é a falta de interesse por uma grande parcela dos órgãos públicos em buscar orientações junto a entidades detentoras de conhecimento técnico que os auxiliem na aplicação de modelos. Os procedimentos adotados nesta fase devem ter um acompanhamento especializado que proporcione o acesso a programas baseados em modelos de desenvolvimento sustentável.

6.3.4 Dimensão política

Por fim, fechando o ciclo das análises, avalia-se a repercussão da variável política dentro da perspectiva da Comunidade de Varjada após a aplicação do modelo adotado pela ONG Habitat

Sabe-se que a variável política estabelece condições para o exercício da cidadania através do debate participativo, auxiliando diplomaticamente na eliminação de conflitos e fortalecendo os laços de confiança entre os beneficiados.

O estudo evidencia claramente a interdependência entre a variável sócio-cultural e a política, e o quanto uma variável interfere diretamente na outra, quando estimuladas.

No caso de Varjada, a variável política possibilitou a criação de um diálogo participativo entre os agentes ativadores e os atores locais, quando tornou possível que todos

os envolvidos pudessem conciliar os diversos interesses existentes na comunidade. Saber lidar com os diversos interesses é fundamental para um processo de intervenção, até porque esta condição é típica das relações humanas.

Quando não detectados os conflitos de interesses a tempo, estes podem gerar atritos e desencadear uma onda especulativa capaz de desestruturar as ações de tal forma que podem levar ao fracasso do projeto. Porém, quando diagnosticados e tratados a tempo podem gerar uma relação de cooperação entre os indivíduos capaz de estimular uma competição favorável ao fortalecimento do desenvolvimento local. Pode, ainda, contribuir para um clima de reciprocidade entre os atores e seus interesses, conciliando de forma articulada o interesse pessoal com o coletivo.

A avaliação é que a comunidade se apresenta amadurecida no aspecto do debate coletivo e participativo, inclusive concorda com a importância desta prática, porém, ressalta a sua indignação em relação ao poder público local ao ressaltar que o diálogo é difícil e que nunca foi convidada a participar, por exemplo, no processo de escolha sobre a verba destinada ao orçamento participativo.

Queixa-se, ainda, da escola em construção que se encontra com as obras paralisadas, e cuja responsabilidade é da Prefeitura da Cidade de Passira. Diferentemente é o comportamento da comunidade em relação ao governo federal, uma vez que a popularidade do Programa Bolsa Família é total entre os entrevistados – todos são unânimes em afirmar a importância que este programa tem na vida de cada um. O dinheiro disponibilizado pelo programa a cada família beneficiada permitiu, segundo eles, comprar roupas, medicamento, comida, material escolar, pagar luz, água e gás. Os benefícios agregados com o cadastro no Programa Bolsa Família são variados, mas não se pode negar que o maior reflexo dessa ação do governo federal é que melhorou drasticamente a qualidade de vida dos menos favorecidos.

E por fim, a comunidade expõe sua visão sobre a liderança local; eles apontaram nomes de pessoas que são da comunidade e que estão de alguma maneira envolvidas em ações de melhorias e que poderiam, segundo eles, ser classificadas como líderes comunitários.

Os entrevistados se mostraram conscientes da importância das ações executadas em grupo para a comunidade. Esta opinião é retratada como a seguir se apresenta:

Sabemos que “em grupo” somos mais fortes, a prova do que estou falando é verdade, foi a experiência vivenciada com a construção das casas e das cisternas. Juntos, se pôde realizar o sonho da casa própria. Agora estamos nos mobilizando para ir reivindicar junto a prefeitura a retomada das obras da escola, que no momento se encontram paralisadas. Se esta escola ficar pronta, ela irá mudar a realidade da comunidade. Por quê? Vou explicar: é que os nossos filhos irão aprender uma profissão, pois o ensino será técnico. E confesso que estou pensando em voltar a estudar se a escola for concluída (DEPOIMENTO, 2010).

Esta é uma demonstração do quanto os efeitos da intervenção vem se propagando na comunidade. Esta intervenção influenciou e alterou comportamentos, hábitos da comunidade, estimulou o desejo de melhorar ainda mais as condições do local, incentivou a criação de empreendimentos, como é o caso do mercado, da lanchonete, e alterou de forma radical a qualidade de vida de cada pessoa entrevistada.

Buscando aqui uma síntese do processo, tem-se que a propagação dos efeitos foi mais intensa nas variáveis sócio-cultural e política. Na variável econômica, a propagação também foi positiva, mas muito ainda está por se fazer. Na ambiental, as repercussões foram mais discretas, contudo, mesmo sendo discretas, a repercussão nesta última contribuiu efetivamente para uma melhoria acentuada do ambiente local.

A intervenção quando analisada em seu âmbito geral proporcionou à comunidade uma nova dinâmica, responsável por um movimento positivo das variáveis propostas por Gallicchio.

Esses acontecimentos caracterizam um significativo processo de mudança que favorece, segundo a percepção do autor, o surgimento de um movimento, ainda que embrionário, de desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

No âmbito geral, o que contribuiu positivamente para execução do projeto foi a participação ativa dos moradores da Comunidade de Varjada/PE. Outro elemento a ser considerado diz respeito ao dimensionamento e ritmo de implementação das fases e dos eixos específicos.

É importante frisar que neste processo o sistema de cooperação entre os parceiros (políticos, financeiros, agentes executores competentes, criativos e de órgãos municipais), através do suporte técnico, também contribuiu para o êxito do programa de intervenção. Neste caso, a mensuração foi realizada utilizando como parâmetro o grau de satisfação dos indivíduos, bem como o número de adesão ao projeto por parte dos beneficiados.

Quanto a utilização do potencial existente na região, o projeto deu ênfase a um programa específico para as mulheres bordadeiras, implementando, assim, o conceito de moda através da inserção de cursos de capacitação estimulando a produção de uma coleção de roupas por ano. Neste caso, o projeto atendeu parcialmente o objetivo de formentar a geração de renda entre as mulheres, quando estimulou a produção do bordado entre as mulheres, inserindo-as no mercado da moda brasileira. Embora este programa ande em passos lentos, já é um começo para se fortalecer a marca 'bordados que brotam'.

Quanto ao aspecto participativo, a lógica apresentada sobre a relação entre beneficiado e a intervenção conduzida pela ONG demonstrou que a comunidade despertou para a necessidade de criar maneiras, ou seja, caminhos alternativos capazes de solidificar ações que estimulem o surgimento de um movimento focado no espírito de empreender.

As evidências comprovam que o projeto atendeu a demanda local satisfatoriamente, e foi muito além. Os efeitos proporcionados posteriormente geraram na comunidade uma expectativa elevada, muito além do esperado pela ONG Habitat. O evento estimulou o desejo de crescimento e, atrelado a este processo, soma-se a variável motivacional. A autoestima é elevada, o que reflete e contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade.

Também se observou que a intervenção proporcionou uma onda que se propagou intensamente sobre as variáveis socio-cultural, econômica, política e ambiental, podendo-se afirmar que é inevitável o fato de, quando uma variável sofre uma ação, automaticamente os efeitos desta são sentidos pelas demais. No caso de Varjada, pode-se afirmar que as variáveis

que mais sofreram efeitos positivos foram, em primeiro lugar, a social-cultural, seguida pela econômica e política, nessa ordem. Com menor intensidade foram identificados efeitos sobre a variável ambiental.

Em termos de ações tangíveis, os maiores impactos do projeto foram sentidos no setor de moradia e nas áreas de saúde, abastecimento de água e de energia elétrica.

Conclui-se, assim, que os fatos revelam a existência de um processo em andamento de desenvolvimento local, mesmo que ainda embrionário.

Este movimento que foi identificado é propulsor das primeiras ações concretas realizadas na comunidade, e como exemplos destacam-se: (1) melhoria da qualidade de vida, (2) alteração na paisagem da comunidade com a nova estrutura da casa de alvenaria, (3) ampliação do Programa Coleta D'água por intermédio da construção das cisternas e o atendimento pela rede elétrica nas residências da comunidade, (4) elevação do nível de educação básica através de cursos intensivos, (5) início das primeiras iniciativas direcionadas a criação dos primeiros empreendimentos comerciais do local, (6) alteração comportamental, (7) ampliação do desejo de consumo, (8) geração de novas expectativas na comunidade.

O estudo chega ao final trazendo comentários sobre a validação das hipóteses de trabalho. No que tange à primeira hipótese (a), como se pode concluir, a ONG Habitat apresentou uma estrutura organizacional do projeto cujas fases por ela aplicadas coincidem com o que é proposto pelo teórico Pecqueur (1997). O que se percebe entre o modelo e aplicação do projeto é uma pequena diferenciação que alterna a ordem sequencial na hora da execução das etapas, por parte da ONG Habitat.

Quanto à segunda hipótese (b), tem-se que o êxito do projeto junto à comunidade está no fato de o mesmo ter promovido a inclusão social e o bem-estar físico da comunidade, de modo que a conclusão a que se chegou foi positiva. O projeto beneficiou as pessoas cadastradas gerando qualidade de moradia, melhor condição de vida, acesso a serviços básicos como obtenção de água e energia elétrica e benefício na saúde, uma vez que livrou as pessoas do risco do ataque do inseto transmissor da doença de chagas.

O reflexo positivo desta mudança influenciou socialmente o comportamento dos indivíduos daquela comunidade e se propagou para a circunvizinhança; promoveu a ascensão econômica, mesmo que discreta, e gerou um ambiente altamente motivador alterando as expectativas de cada cidadão ali residente. Hoje ambicionam crescer através de um acompanhamento assistido.

Todavia, diagnosticou-se que existiram restrições no aspecto de inclusão; este momento crítico é evidenciado em razão do distanciamento dos homens adultos em relação

aos jovens no processo participativo, o que privilegiou notadamente as mulheres.

Uma terceira hipótese afirma que o êxito pleno do projeto se baseia na elaboração do planejamento das etapas do mesmo considerando a realidade local e atuando proativamente na problemática ali existente, por ordem de prioridade. Quanto a esta questão, chega-se a conclusão de que a hipótese é verificada. Quando se analisa a elaboração dos eixos apresentados nos resultados reforça-se a tese de que o planejamento do projeto foi bem estruturado, tanto metodologicamente como na sua aplicação. Também pela habilidade dos gestores de reavaliarem e reestruturarem toda a proposta inicial ajustando, assim, o projeto à realidade local.

É indiscutível que de um modo geral o projeto instaurou um movimento discreto, porém positivo, que a longo prazo, mediante um acompanhamento especializado que os oriente, poderá gerar um desenvolvimento local sustentável. No momento, o que é detectado claramente é a existência do desenvolvimento comunitário e o aparecimento de uma onda alicerçada fortemente no desenvolvimento local, sendo claro que o desenvolvimento local sustentável na acepção da palavra, ainda se encontra distante da realidade da comunidade.

Qualquer que seja a forma a ser adotada para promover a continuidade do desenvolvimento local, solidificando-o através de diferentes formas de desenvolvimento que venham a ser escolhidas (agenda 21 local, arranjos produtivos localizados, rede de economia solidária e até mesmo o desenvolvimento local integrado e sustentável na Comunidade de Varjada), é primordial realizar estudos como meio de obter indicadores de impacto, até porque todo processo de desenvolvimento requer um aprendizado contínuo do ambiente. Este aprendizado deve ser contextualizado pela ótica holística, estabelecendo um elo entre os atores locais e os agentes ativadores, parceiros e o governo, modelando suas ações através da gestão participativa alicerçada no modelo de gestão sistêmica.

E por fim, a constatação de que a Comunidade de Varjada carece de estudos estatísticos que viabilizem a geração de instrumentos precisos de avaliação. É um ambiente rico de experiência que possibilita um enorme aprendizado. Porquanto, se tem nesta comunidade a oportunidade de testar alternativas (diante das diversas possibilidades existentes) e assim abrir novos caminhos para o entendimento teórico do que venha a ser necessário para o estabelecimento de um efetivo processo de desenvolvimento social, local e sustentável.

O que se deseja, por fim, com o presente trabalho é que o estudo contribua para influenciar os tomadores de decisão no sentido de promover a continuidade do processo, com vistas ao estabelecimento, em Varjada, de um maior dinamismo econômico para sua

população.

Diante do exposto, ficou comprovado que é possível transformar as bases da organização social no âmbito local através da mobilização da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Andréa. **A explosão das ONGs no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense**. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP. São Paulo, p. 8-25, 2008.
- ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade – Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997. Mimeografado.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentos - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.
- _____. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003c. 3 p.
- _____. NBR 6027: sumário. Rio de Janeiro, 2003c. 4 p.
- _____. NBR 6028: resumos. Rio de Janeiro, 2003d 4 p.
- _____. NBR 6029: apresentação de livros e folhetos. Rio de Janeiro, 1993. 4 p.
- _____. NBR10520: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. NBR 10524: preparação de folha de rosto. Rio de Janeiro, 1988. 4 p.
- ÁVILA, F. A; CAMPOS, I. M. M; ROSA, M. W. C.; FERRO, F. F. C.; PAULITISCH, R. J. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande-MS: UCDB, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. de Luis Antero Neto. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- BIANCHI, Alvaro. **Retorno a Gramsci**: para crítica das teorias contemporâneas da sociedade civil. In: XII CONGRESSO NACIONAL DOS SOCIÓLOGOS. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 01 a 04 de abril de 2002.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – (COIMBRA). In: HESPANHA, Pedro; CATTANI, Antonio David. LAVILLE, JEAN-LOUIS. GAIBER, Luiz Inácio. **Dicionário Internacional da outra economia**. – Catalogação na publicação. ISBN 978-972-40-3722-6
Disponível em: <<http://www.jornalomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2010.

BUARQUE, Sergio - **Metodologia do Planejamento do Desenvolvimento Sustentável/IICA**- 1994;

_____. e BEZERRA, Lucila. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável** – bases referenciais. Projeto Áridas (mimeo.), dez. 1994.

CEHELLA, Gilberto; MELO, Pedro Antônio de; SCHLICKMANN, Raphael; **A PESQUISA NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL** . Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/919.pdf> Acesso em: 26 junho 2010.

FERREIRA, José. **Do Desenvolvimento Local ao Desenvolvimento Territorial**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, p. 1-21. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agrario/Anais%20XIXENGA/artigos/Ferreira_j.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2010.

GALLICCHIO, Enrique. **El Desarrollo Local América Latina: estratégia política baseada em La construcción de capital social**. Seminário Desarrollo com inclusión e equidad: SUS implicâncias desde lo local. Córdoba: SEHAS, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais**. Loyola, São Paulo, 2006.

_____. **O Protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOTTDIENER, M. **Produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HAVERI, Arto. **Strategy of comparative advantage in local communities**. Disponível na Internet. [Http://www.uta.fi\(mimeo.\)](Http://www.uta.fi(mimeo.)). 1996 (publicado originalmente em Oulasvirta, Lasse ed.), “Finnish Local Government in Transition”, *Finnish Local Government Studies*, v. 22, n. 4.

HOROCHOVSKI ,Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. **PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE EMPODERAMENTO. Anais do II Seminário Nacional - Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007. UFSC, Florianópolis, Brasil/ Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. ISSN 1982-4602

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998. 316 p.

_____. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan,1998. 72-73 p. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=N8kqAAAAYAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso: em 09 de mai. 2010.

KAROL, Eduardo. **Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E. – estudo sobre território e organização não governamental.** Dissertação (mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LANDIM, Leilah (org.), (1998). **Ações em sociedade militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU.

MACHADO, M. N. M. **Entrevista de pesquisa: a interação entrevistador/entrevistado.** Tese. (Doutorado). Belo Horizonte, 1991.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 3. ed. Revista Ampliada, 1991.

MARTINELLI, Dante P. JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri: Manole, 2004.

MARTINS, Rafael D'Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima. **Uma Análise Comparada de Experiências de Desenvolvimento Econômico Local no Brasil.** G & DR. v.5, n.3, p. 70-93, set-dez/2009, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/032009/artigo4.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2010.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). *In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia.* Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005. p. 1-2. Disponível em: <http://new.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf>. Acesso em: 09 de mai. 2010.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. Disponível em: <http://polis.org.br/download/46.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PECQUEUR, B; CUARESMA, M. **Mener um projet de développement local.** Paris: Les Editions d'Organization, 1997.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. (1995). Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology.** Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo.** 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

ROMERO, Marta Adriana Bustos – FAU/UNB; GUIA, George da – IPEA/PPPG FAU/UnB; ANDRADE, Liza - PPPG FAU/UnB; PERSON, Elisângela - Metrô – df; SILVEIRA, Ana Lúcia Camilo da – UFPI/PPPG FAU/UnB. *In: Seminário A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas*. Universidade de Brasília, 28, 29 e 30 de julho de 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Trad. de Development as freedom.

SILVA, Ana Maria Navaes; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de; ALBUQUERQUE, José de Lima. **Construção Estruturada de Arranjo Produtivo Local (caso do polo Agreste Pesqueira de Biodiesel/PE)**. *In: 5^{ème} COLLOQUE DE 1^{re} IFBAE – Grenoble, 18 et 19 mai 2009*. Disponível em <<http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/boo19.pdf>> Acesso em: 25 out. 2010.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ZARPELON, Sandra Regina. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT**. Dissertação (mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

Sites Web:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. *In: <http://www.abong.org.br/>*. Acesso em 05 mai. 2010.

HABITAT BRASIL. *In: <http://www.habitatbrasil.org.br/projetos/regiao-nordeste/varjada>*. Acesso em: 05 mai. 2010.

EUROPARL. *In: <http://www.europarl.europa.eu/summits/cor1-pt.htm>*. Acesso em: 24 mai. 2010.

HABITAT. *In: <http://www.habitatbrasil.org.br/quem-somos/nossa-historia>*. Acesso em: 18 mai. 2010.

GRADED SCHOOL. *In: < <http://www.graded.br/page.cfm?p=352>*. Acesso em: 07 jun. 2010.

APÊNDICE A

1 Roteiro de Entrevista 01

Agradecemos sua participação,

Antônia Dutra de Araújo
Aluna do mestrado - PADR/UFRPE

PERFIL ORGANIZACIONAL

Q01. Qual é o seu cargo/função atual na empresa?

Cargo: _____

Função: _____

PANORAMA ORGANIZACIONAL

Q02. Há quanto tempo atua no mercado?

Q03. Como a organização trata no dia-a-dia, questões ligadas à sustentabilidade?

Q04. Como se realiza a construção de um processo de intervenção compartilhada entre a instituição e os membros da comunidade e demais atores?

Q05. Relate como é acompanhada a atuação dos agentes mobilizadores no campo.

PROCESSO DE INTERVENÇÃO – FASE I.

Q06. Quais foram os motivos que levaram os atores locais procurar esta instituição?

Q07. Qual o fato acionador que motivou comunidade a participar ativamente no processo?

Q08. A cultura de compartilhamento e colaboração, é uma prática comum entre os membros da comunidade?
Por quê?

Q09. O processo de externalização da problemática local ocorreu de que maneira?

Q10. A comunidade externou sua demanda por intervenções de que maneira?

Q11. Nesta etapa foi necessário adequar a demanda inicial com a necessidade local? Explique como? Quais ferramentas utilizadas para realizar o diagnóstico nesta etapa?

Q12. Após o diagnóstico da demanda real, quais foram os primeiros passos para que se desse início a operacionalização?

CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO – FASE II.

- Q13. Durante o processo de elaboração do diagnóstico local, foi necessário realizar reuniões de sensibilização junto à comunidade? Caso afirmativo, explique como ocorreu esta sensibilização.
- Q14. Na sua visão, a etapa de sensibilização estimula a participação contínua da comunidade, principalmente no que refere-se a tomada de decisões compartilhadas? Por quê?
- Q15. O resultado de uma ação compartilhada pode refletir de modo a proporcionar um movimento favorável ao surgimento de uma política de Desenvolvimento Local Sustentável?
- Q16. Nas dimensões econômica, sócio-cultural, ambiental e política quais variáveis foram identificadas? Dessas quais favorecem o Desenvolvimento Local Sustentável? Houve a necessidade de se descartar alguma? Por quê? Existem outros aspectos que deseje complementar?
- Q17. Qual a importância do conhecimento Territorial para a elaboração do diagnóstico estratégico?
- Q18. Houve a participação do grupo na identificação das potencialidades, oportunidades e vantagens competitivas locais?
- Q19. Exemplifique as potencialidades, oportunidades e vantagens competitivas acima destacadas?
- Q20. Qual o objetivo de realizar o levantamento destas variáveis? Elas podem efetivamente contribuir na prática para alavancar o processo de Desenvolvimento Local sustentável? Como?

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - FASE III.

- Q21. Quais os critérios adotados para elaborar cada etapa do projeto?
- Q22. Na etapa de definição e elaboração do projeto foi considerado o mapeamento realizado anteriormente na região realizado? Por quê?
- Q23. Também considerou as dimensões econômicas, sócio-cultural, ambiental e Política no momento de definir e/ou elaborar as intervenções na comunidade de Varjada? Por quê?
- Q24. Houve a participação da comunidade no estágio de elaboração do projeto? Classifique o grau de participação?
- Q25. O mapeamento possibilitou avaliar a vocação local, ou seja, verificar atividades principais?
- Q26. Como foi construído o plano de ação local? Este plano quando colocado em prática viabilizou o surgimento de um movimento voltado para o Desenvolvimento Local Sustentável?
- Q27. Após a realização da etapa do diagnóstico, a seu ver, quais foram as variáveis responsável pela construção do caminho para o Desenvolvimento local Sustentável?

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - FASE IV.

- Q28. Como foi colocada para a comunidade a necessidade de definir as prioridades?

- Q.29. Qual o critério utilizado para a realização pratica do roteiro e/ou agenda local?
- Q30. A criação de uma agenda pautada por prioridades a serem executadas, facilitou a concentração dos esforços da comunidade em torno de um número selecionado de questões?
- Q31. A medida que se executa uma prioridade, vocês imediatamente priorizam um novo item de maneira progressiva? Esta forma de conduzir o processo favorece o atendimento do maior número de problemas existente na comunidade?
- Q32. A participação ativa da comunidade nas diversas etapas do projeto pode ser considerada como um aprendizado? Por quê?
- Q33. Em algum momento houve a preocupação com o aprendizado coletivo da comunidade?
- Q34. O nível educacional influenciou no processo de compreensão? O que foi feito na pratica para reduzir os impactos caudados pela variável educacional?
- Q35. Qual era a realidade antes e depois do projeto?
- Q36. Hoje, a comunidade percebe o quanto é necessário mobilizar e articular, pois só assim é possível tornar viáveis os objetivos e metas coletivas?
- Q37. Quais as principais dificuldades encontradas na fase de implantação do projeto geral?
- Q38. É negociada com a comunidade, onde, quando e como será distribuída a verba disponibilizada para a execução do projeto geral?
- Q39. Qual a importância do monitoramento para os gestores do projeto?
- Q40. Na fase de implantação quais foram os critérios estabelecidos para viabilizar a realização do projeto?

AVALIAÇÃO FINAL DOS RESULTADOS - FASE V.

- Q41. O prazo para a implantação das fases do projeto foi concluído no tempo estabelecido?
- Q42. Quais foram os agentes/atores financiadores do projeto? Como foi realizada a avaliação final pelos financiadores?
- Q43. O projeto deve êxito em sua totalidade? Justifique resposta?
- Q44. Na avaliação final o grau de satisfação dos beneficiados foi medido?
- Q45. Qual o método utilizado para mensurar o nível de satisfação dos beneficiados?
- Q46. Você considera que as metas foram atingidas?

1.6 Quanto tempo você trabalha nesta atividade.

Tempo de Trabalho

- Menos de (1) ano ()
 1 a 2 anos ()
 2 a 3 anos ()
 3 a 4 anos ()
 5 a 10 anos ()
 Acima de 10 anos ()

1.7. Sua família é composta por quantas pessoas.

Quantidade de membros

- 1 a 2 pessoas ()
 2 a 3 pessoas ()
 4 a 5 pessoas ()
 Acima de 5 pessoas ()

2. Nesta etapa serão realizadas perguntas que caracterizem as variáveis econômicas

- 2.1 Alguma entidade disponibilizou e/ou aplicou cursos de capacitação para a comunidade? Quais? Você já participou? O que acrescentou na vida prática? Você considera que teve utilidade prática?
 2.2 Quais atividades de trabalho você desempenha para obter renda?
 2.3 Você estaria disposto a abrir seu próprio negócio, caso tivesse a oportunidade? Qual seria o ramo? Instalaria seu ponto de negócio em que parte da comunidade?
 2.4 Na sua visão o que a região tem de recursos que possam ser utilizados como fonte de criação de renda?
 2.5 Relacione os recursos existentes na região, que podem ser transformados/utilizados como matéria-prima em atividades produtivas? Estes recursos em algum momento foram explorados por você? Caso sua resposta seja afirmativa responder onde e como você o utilizou?
 2.6 Em algum momento a comunidade se reuniu para criar uma maneira de fortalecer e/ou expandir o mercado local?
 2.7 Você já pensou que o dinheiro proveniente do trabalho de cada família, pode alterar a condição econômica da comunidade quando aplicado no mercado local?
 2.8 Você acredita que a construção das casas alterou de alguma maneira a realidade econômica da comunidade? Cite como?
 2.9 Dê a sua opinião: Se houver uma continuidade das ações e também ocorrer o fortalecimento do comércio local a comunidade poderá se desenvolver de forma sustentável de desenvolvimento?

3. Nesta etapa serão realizadas perguntas que caracterizem as variáveis Socioculturais

- 3.1 A Intervenção realizada pela Habitat melhorou a sua vida? Explique como?
 3.2 Quais os problemas de saúde que o senhor(a) atribui ter adquirido por causa das péssimas condições em que se encontravam as moradias em que viviam antes da intervenção?
 3.3 Enumere o que mudou na sua vida depois da construção das casas? O que você mais gostou neste processo?
 3.4 Você tem água potável? Caso a resposta seja negativa, informar como faz para adquirir água e onde a utiliza?

3.5 Existe na comunidade:

Escola em bom estado de funcionamento?
 Sim () Não () Sim () Não ()

Clube
 Sim () Não () Sim () Não ()

Posto de saúde
 Sim () Não () Sim () Não ()

Igreja

Sim () Não ()

Sim () Não ()

Associação comunitária

Sim () Não ()

Sim () Não ()

- 3.6 A comunidade tem acesso a telefonia pública?
- 3.7 Tem acesso a telefonia móvel?
- 3.8 A comunidade é atendida pelo serviço dos correios?
- 3.9 Sua casa é atendida pelo serviço de fornecimento de energia elétrica?
- 3.10 Você já foi convidado a participar de reuniões comunitárias para decidir o futuro da comunidade?
- 3.11 Quando vocês se reúnem para solucionar problemas coletivos, como ocorre o processo de escolha de qual deverá ser resolvido em primeiro lugar?
- 3.12 A comunidade é atendida pelo serviço de fornecimento de gás de cozinha? Se afirmativa, como é realizada a distribuição?
- 3.13 Qual é o seu maior sonho no momento?

4. Nesta etapa serão realizadas perguntas que caracterizem as variáveis ambientais

- 4.1 É realizada coleta de lixo na comunidade? Se afirmativo quantas vezes por semana? Se negativo, como você faz para se desfazer do lixo produzido em sua casa?
- 4.2 Você já participou de algum curso realizado na comunidade que falasse da importância de reciclar? Você utiliza como técnica de limpeza do terreno a queima?
- 4.3 Você já cortou árvores de médio e grande porte para transformá-las em lenha? Qual foi o destino final dessas lenhas? Fogão? Transformar em carvão? Comercializar?
- 4.4 Você já ouviu sobre problemas climáticos?
- 4.5 Para você é importante preservar a natureza que o cerca?
- 4.6 Você já teve a necessidade de jogar papel no chão por não haver lixeira públicas?
- 4.7 Você utiliza agrotóxicos na lavoura?
- 4.8 Já teve algum curso de orientação realizado por organizações/agências governamentais com o objetivo de ensinar como realizar corretamente o processo de cultivo.

5. Nesta etapa serão realizadas perguntas que caracterize a variável política

- 5.1 Já participou das decisões orçamento participativo da sua comunidade?
- 5.2 Você é escrito em algum programa do governo? Quais?
- 5.3 Qual a importância de participar dos programas de governo?
- 5.4 O que mudou na sua vida após participar de um programa governamental?
- 5.5 Em sua opinião quais são as lideranças ativas hoje na comunidade?
- 5.6 Você participou de conselhos, associação ou outro tipo de instituição? Qual?
- 5.7 Como você pode mudar a realidade de sua comunidade?
- 5.8 Você tem acesso a serviços de utilidade pública? Seus filhos possuem registro civil? Você possui RG/CPF/Carteira de trabalho?
- 5.9 Você se candidataria ao cargo/função líder comunitário?
- 5.10 É melhor reivindicar em grupo melhoras para a comunidade, ou você tem outra opinião que queira expor neste momento?

APÊNDICE C

3 Eixos Metodológicos Empregados pela ONG Habitat na Estruturação do Programa de Intervenção na Comunidade de Varjada/PE.

P R I M E I R O EIXO CONHECENDO A COMUNIDADE	FASE A: CONHECIMENTO DA ÁREA E PÚBLICO ALVO
	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas à área de atuação • Visita às famílias da comunidade • Conhecimento das potencialidades e das dificuldades da área • Divulgação da proposta na comunidade • Informação sobre a ONG Habitat para Humanidade Brasil na comunidade • Elaboração e Aplicação de questionários • Realização de diagnóstico • Tabulação de dados e elaboração de Relatórios
	FASE B: ARTICULAÇÃO/ESTABELECIMENTO DE PARCEIROS
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a Igreja Metodista • Reunião com a Prefeitura Municipal de Passira - PE • Reunião com ASA/Centro Sabiá • Reunião com entidades da região para apresentar a proposta e dialogar sobre o Projeto. • Criação de Canais e instrumentos de interlocução entre a comunidade, agentes e parceiros
	FASE C: MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA
	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas às famílias • Reunião ampliada com todas as famílias para informação sobre o projeto • Encontro ampliado sobre a ONG Habitat para Humanidade Brasil • Encontro ampliado sobre o Projeto e suas principais estratégias • Realização de oficinas temáticas sobre Condições de Habitabilidade • Eleição das principais demandas da comunidade

Quadro 1 – Primeiro Eixo: Conhecendo a Comunidade. Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.

S E G U N D O E I X O F O R T A L E C I M E N T O C O M U N I T Á R I O E A Ç Ã O S O L I D Á R I A	FASE A: ORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA
	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina sobre construção em sistema de mutirão • Seminários sobre princípios de solidariedade
	FASE B: APOIAR A CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE UMA COMISSÃO DE MORADORES
	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho sobre a importância da organização e do trabalho em conjunto • Eleição das pessoas interessadas em participar de uma comissão representativa da comunidade • Reunião com a comissão de moradores na prefeitura • Capacitação sobre liderança comunitária para os membros da comissão de moradores • Reunião com a Comissão de Moradores para a elaboração de um Plano de Trabalho para 2006 • Visita ao Projeto "O Caminho" da Igreja Luterana
	FASE C: FORTALECER E AMPLIAR O CONSELHO DA ÁGUA
<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o Conselho da Água de Varjada para conhecer a realidade • Capacitação em GRH • Capacitação em preservação do Meio Ambiente para a Comunidade • Elaboração de plano de trabalho para o Conselho de Água 	
	FASE D: FORMAÇÃO DO COMITÊ GESTOR
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração das estratégias de atuação do Comitê Gestor • Eleição do Comitê Gestor • Reunião com o Comitê Gestor para Capacitação sobre Habitat para Humanidade

Quadro 2 – Segundo Eixo: Fortalecimento Comunitário e Ação Solidária. Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.

T E R C E I R O E I X O EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	FASE A: FORMAÇÃO PARA LIDERANÇA LOCAL
	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de três oficinas sobre liderança local • Formação da Equipe organizadora das oficinas • Montagem da oficina e elaboração de critérios de participação • Divulgação das oficinas às pessoas indicadas
	FASE B: PROMOÇÃO DE UMA OFICINA SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
	<ul style="list-style-type: none"> • Definição da equipe que ira organizar a oficina de Alfabetização Financeira • Definição da equipe que irá aplicar a oficina de Alfabetização Financeira • Aluguel do espaço físico para realização da oficina • Confeção dos recursos matérias e instrumentos de apoio e infra-estrutura • Realização do seminário
	FASE C: SEMINÁRIO ARTICULADO SOBRE OS RECURSOS DOS PROGRAMAS PÚBLICOS FEDERAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Definição da equipe que ira organizar o seminário • Definição da equipe que irá participar do seminário • Aluguel de espaço físico para realizar Mini-Curso • Confeção dos recursos matérias e instrumentos de apoio e infra-estrutura • Realização do seminário 	
	FASE D: MINI-CURSO SOBRE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA
	<ul style="list-style-type: none"> • Definição da Equipe que ira organizar o Mini-curso • Definição da equipe da Igreja Metodista que irá participar do Mini-Curso • Aluguel do espaço físico para realização do Mini-curso • Confeção dos recursos matérias e instrumentos de apoio e infra-estrutura • Realização do Mini-Curso

Quadro 03 – Terceiro eixo: educação para cidadania. Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.

Q U A R T O E I X O ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS (AS)	FASE A: COMPREENSÃO DO PROJETO
	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação do projeto por parte da comunidade • Utilizou-se da técnica de reflexão. Pergunta reflexiva: " A comunidade que temos e a que queremos?; A casa que temos e a casa queremos?"
	FASE B: ELABORAÇÃO E ESTUDO DE TERMOS, CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e aprovação do regulamento de mutirão • Estudo e aprovação do Contrato de mútuo • Estudo do regulamento de mutirão

Quadro 4 – Quarto Eixo: Elaboração de Documentos e Capacitação dos Beneficiários (as). Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.

Q U I N T O E I X O C O N S T R U Ç Ã O	FASE B: CONSTRUÇÃO DAS CASAS/BANHEIROS/REFORMAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos Projetos/ orçamentos/ cotação • 2º reunião com as famílias para apresentar os projetos arquitetônicos, orçamentos, planos de pagamento e aprovação dos mesmos • Emissão das cartas de crédito, contrato, carnes e promissórias • Reunião com pedreiros para traçar o cronograma da obra • Início das obras em mutirão • Conclusão das obras e avaliação do processo de mutirão e das cartas de crédito

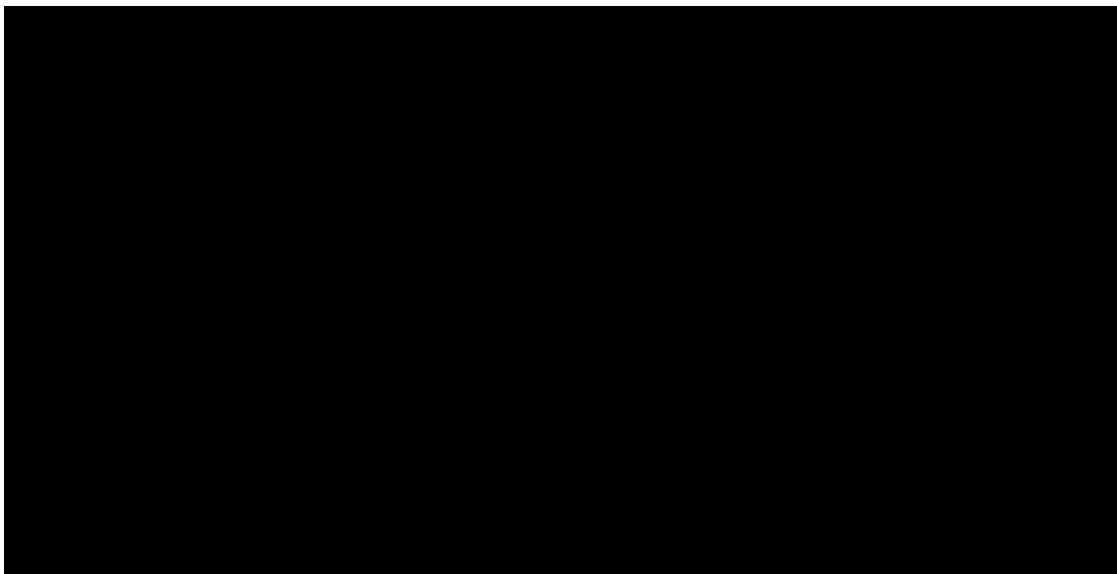
Quadro 5 – Quinto Eixo: Fortalecimento Comunitário e Ação Solidária - (Continuação).

Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.

S E X T O E I X O A S S O C I A T I V I S M O P R O D U T I V O E F O R T A L E C I M E N T O D A E C O N O M I A L O C A L	FASE A: DIAGNÓSTICO E TOMADA DE DECISÃO
	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa e estudo sobre as instituições que trabalham no seguimento da geração de renda como iniciativas para comunidades rurais • Fazer diagnóstico das possibilidades e das disposições das famílias para apoiar e apropriar-se de estratégias para geração de renda local • Estabelecer parcerias com as instituições que trabalham e desenvolve atividades na temática da Geração de Renda, principalmente em áreas rurais. • Envolver as famílias na busca de alternativas viáveis e exequíveis para o trabalho com geração de renda local • Definir em parceria qual a natureza do programa de Geração de Renda e propor um modelo pelo qual o projeto será desenvolvido • Oferecer capacitação adequada e contextualizada na área do bordado manual para que as famílias possam produzir com qualidade • Definir uma política/estratégia de escoamento da produção do bordado • Promover capacitação na área de corte, risco e design • Estabelecer contato com o Projeto Renascer (Governo do estado de Pernambuco) para viabilizar parceria na área de capacitação e escoamento da • Estabelecer contato com UFRPE para promover capacitações na área de design • Estabelecer contato com o SEBRAE para viabilizar apoio e capacitações

Quadro 6 – Sexto Eixo: Associativismo Produtivo e Fortalecimento da Economia Local.

Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.



Quadro 7 – ~~Segundo Eixo: Acompanhamento Pós- Construção~~. Fonte: Adaptado do Projeto de Trabalho Técnico Social (Habitat, 2010). Elaborado pelo autor.